
Klabin S.A.



**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Relatório dos Auditores
Independentes**

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS	Página
ATIVO	46
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	48
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	49
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	52
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	53
1 INFORMAÇÕES GERAIS	54
2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	56
3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	63
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	64
5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	65
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	66
7 PARTES RELACIONADAS	67
8 ESTOQUES	69
9 TRIBUTOS A RECUPERAR	69
10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	70
11 PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	72
12 IMOBILIZADO	73
13 ATIVOS BIOLÓGICOS	74
14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	77
15 DEBÊNTURES	80
16 FORNECEDORES	82
17 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS	83
18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85
19 RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	89
20 CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS POR NATUREZA	89
21 RESULTADO FINANCEIRO	90
22 PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES	90
23 RESULTADO POR AÇÃO	91
24 SEGMENTOS OPERACIONAIS	93
25 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	95
26 BENEFÍCIO A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	100
27 COBERTURA DE SEGUROS	101
28 EVENTOS SUBSEQUENTES	102

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
A T I V O					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.243.120	4.031.184	5.872.720	5.053.723
Títulos e valores mobiliários	5	591.303	557.143	591.303	557.143
Contas a receber:					
. Contas a receber de clientes	6	1.421.418	1.171.540	1.666.626	1.539.071
. Perdas estimadas com cré. de liq. duvidosa	6	(41.168)	(37.907)	(41.246)	(37.972)
Partes relacionadas	7	534.405	771.344	-	-
Estoques	8	794.715	613.811	876.915	701.126
Tributos a recuperar	9	794.628	723.748	803.355	736.501
Outros ativos		189.009	124.002	190.362	126.152
Total do ativo circulante		9.527.430	7.954.865	9.960.035	8.675.744
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	17	84.249	75.956	85.704	77.391
Tributos a recuperar	9	1.554.672	1.159.638	1.554.672	1.159.638
Outros ativos		386.559	221.246	385.706	219.820
		2.025.480	1.456.840	2.026.082	1.456.849
Investimentos:					
. Particip. em controladas/control. em conjunto	11	2.192.633	1.399.292	544.401	495.839
. Outros		10.944	11.436	10.944	11.436
Imobilizado	12	12.737.303	11.758.931	12.995.407	12.009.146
Ativos biológicos	13	2.397.462	2.857.142	3.656.596	3.606.389
Intangíveis		27.171	12.746	120.264	12.777
		17.365.513	16.039.547	17.327.612	16.135.587
Total do ativo não circulante		19.390.993	17.496.387	19.353.694	17.592.436
Total do ativo		28.918.423	25.451.252	29.313.729	26.268.180

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	No ta	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	2.588.259	1.700.494	2.593.029	1.716.306
Debêntures	15	245.080	329.810	245.080	329.810
Fornecedores	16	619.902	696.277	634.856	702.199
Obrigações fiscais		47.558	36.384	53.643	45.400
Obrigações sociais e trabalhistas		253.873	192.239	257.712	195.349
Dividendos a pagar		180.000	-	180.000	-
Adesão - REFIS	17	66.884	61.772	66.884	61.772
Outras contas a pagar e provisões		120.113	91.870	112.460	111.459
Total do passivo circulante		4.121.669	3.108.846	4.143.664	3.162.295
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	14.721.740	14.450.876	14.765.982	14.834.935
Debêntures	15	864.456	1.140.679	864.456	1.140.679
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.376.262	717.724	1.476.866	954.269
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	17	70.483	65.797	70.483	65.796
Contas a pagar - investidores SCs		-	-	229.315	143.116
Adesão - REFIS	17	340.364	361.240	340.364	361.240
Outras contas a pagar e provisões		323.113	253.750	322.263	253.510
Total do passivo não circulante		17.696.418	16.990.066	18.069.729	17.753.545
Total do passivo		21.818.087	20.098.912	22.213.393	20.915.840
Patrimônio líquido					
Capital social		2.384.484	2.383.104	2.384.484	2.383.104
Reservas de capital		1.301.907	1.293.962	1.301.907	1.293.962
Reserva de reavaliação		48.705	48.705	48.705	48.705
Reservas de lucros		2.543.084	748.162	2.543.084	748.162
Ajustes de avaliação patrimonial		1.028.238	1.064.181	1.028.238	1.064.181
Ações em tesouraria		(206.082)	(185.774)	(206.082)	(185.774)
Total do patrimônio líquido	18	7.100.336	5.352.340	7.100.336	5.352.340
Total do passivo e patrimônio líquido		28.918.423	25.451.252	29.313.729	26.268.180

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de vendas	19	7.009.262	5.619.567	7.090.798	5.687.589
Variação do valor justo dos ativos biológicos	13	120.363	464.699	532.911	536.113
Custo dos produtos vendidos	20	(5.198.866)	(3.942.883)	(5.227.023)	(3.981.502)
Lucro bruto		1.930.759	2.141.383	2.396.686	2.242.200
Despesas/ receitas operacionais					
Vendas	20	(570.081)	(397.075)	(586.075)	(428.902)
Gerais e administrativas	20	(453.286)	(329.364)	(466.493)	(338.013)
Outras, líquidas	20	(1.440)	(16.093)	4.707	(13.104)
		(1.024.807)	(742.532)	(1.047.861)	(780.019)
Resultado de equivalência patrimonial	11	586.945	70.316	49.321	29.641
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.492.897	1.469.167	1.398.146	1.491.822
Resultado financeiro	21	1.865.706	(3.453.453)	1.816.789	(3.439.630)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		3.358.603	(1.984.286)	3.214.935	(1.947.808)
Imposto de renda e contribuição social					
. Corrente	10	(177.665)	(15.699)	(190.023)	(30.210)
. Diferido	10	(698.992)	746.788	(542.966)	724.821
		(876.657)	731.089	(732.989)	694.611
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		2.481.946	(1.253.197)	2.481.946	(1.253.197)
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação ON – R\$	23	0,4722	(0,2383)	0,4722	(0,2383)
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação PN – R\$	23	0,4722	(0,2383)	0,4722	(0,2383)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.481.946	(1.253.197)
Outros resultados abrangentes:		
. Ajustes de conversão para moeda estrangeira (i)	(24.730)	(5.044)
. Atualização do passivo atuarial (ii)	(6.188)	6.452
Resultado abrangente total do período, líquido de impostos	<u>2.451.028</u>	<u>(1.251.789)</u>

(i) Efeitos que podem futuramente impactar o resultado.

(ii) Efeitos que não impactarão o resultado

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais)

Controladora e consolidado										
	Reserva de reavaliação		Reservas de lucros						Controladora e consolidado	
	Reservas de capital		Investim.			Ajustes de		Ações		
	Capital social	De ativos próprios	De ativos biológicos	Dividendos propostos	e capital de giro	avaliação patrim.	em tesouraria	Resultados acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2014	2.271.500	1.295.919	48.767	98.403	7.610	1.729.517	102.000	596.773	1.065.416	7.058.324
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.408	(1.253.197)
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.408	(1.253.197)
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.408	(1.253.197)
Aumento de capital	104.500	-	-	(96.890)	(7.610)	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação realizada	-	-	(62)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos compl. 2014 - aprovados AGEO	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-
Conversão de deb. mandatórias conv. em ações	7.068	(7.068)	-	-	-	(102.000)	17	-	-	(101.983)
Part. lucros de deb. mandatórias conv. em ações	-	-	-	-	-	-	-	(56.075)	-	(56.075)
Conversão de debêntures 7ª emissão	36	-	-	-	-	-	-	-	-	36
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(32.623)	-	(32.623)
Plano de Outorga de Ações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Alienação de ações em tesouraria	-	3.236	-	-	-	-	-	2.027	-	5.263
. Concessão de outorga de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	2.433	-	-
. Reconhec. da remuneração do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	7.199	-	7.199
. Vencimento do plano de ações	-	1.875	-	-	-	-	-	(1.875)	-	-
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Realização de reserva de ativos biológ. (próprios)	-	-	-	-	-	(394.887)	-	-	394.887	-
. Realização de reserva de ativ. biológ. (controladas) (*)	-	-	-	-	-	(4.491)	-	-	4.491	-
. Realização de custo atribuído de terras (próprios)	-	-	-	-	-	-	-	-	5.564	-
. Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.175)	-
Dividendos antecipados do exercício de 2015	-	-	-	31.175	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos com reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	(276.012)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	2.383.104	1.293.962	48.705	1.513	31.175	(614.665)	715.174	(320.778)	1.064.181	5.352.340

(*) O efeito é líquido entre a constituição, reversão ou realização dos saldos contidos no resultado de equivalência patrimonial. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) O efeito é líquido entre a constituição, reversão ou realização dos saldos contidos no resultado de equivalência patrimonial. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

Controladora e consolidado										
	Reserva de reavaliação			Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Resultados acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	De ativos próprios	Dividendos e capital de giro	De ativos biológicos	Investim. e capital de giro	Ajustes de avaliação patrim.			
Em 31 de dezembro de 2015	2.383.104	1.293.962	48.705	1.513	31.175	715.474	-	1.064.181	(185.774)	5.352.340
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.513	31.175	715.474	-	(30.918)	2.481.946	2.481.946
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	-	-	-	(30.918)	-	(30.918)
Resultado abrangente total do período	1.380	(1.380)	-	-	-	-	-	(30.918)	2.481.946	2.481.028
Conversão de deb. mandatórias conv. em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.262)	(24.262)
Plano de Outorga de Ações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Alienação de ações em tesouraria	-	4.447	-	-	-	-	-	-	1.769	6.216
. Concessão de outorga de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	2.185	-
. Reconhecimento remuneração do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	7.380	7.380
. Vencimento do plano de ações	-	4.878	-	-	-	-	-	-	(4.878)	-
Pgto. Dividendos Res. Lucros - AGO	-	-	-	-	-	(120.015)	-	-	-	(120.015)
Part. lucros de deb. mandatórias conv. em ações	-	-	-	-	-	(17.735)	-	-	-	(17.735)
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Constituição de reserva legal	-	-	-	124.097	-	-	-	-	(124.097)	-
. Realização de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	(341.116)	-	-	341.116	-
. Realização de custo atribuído de terras (próprios)	-	-	-	-	-	-	-	(5.342)	5.342	-
. Constituição de reserva de at. Biol. (próprios)	-	-	-	-	-	79.440	-	-	(79.440)	-
. Constituição de reserva de at. Biol. (controladas) (*)	-	-	-	-	-	553.810	-	-	(553.810)	-
. Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	44.601	-	-	-	(44.601)	-
Part. lucros de deb. mandatórias conv. em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.128)	(47.128)
Dividendos antecipados do exercício de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	(327.488)	(327.488)
Div. complementares exercício 2016 propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)
. Constituição de reserva de invest. e capital de giro	-	-	-	-	-	-	1.471.840	-	(1.471.840)	-
Em 31 de dezembro de 2016	2.381.484	1.301.907	48.705	125.610	75.776	869.858	-	1.028.238	(206.082)	7.100.336
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.										

(*) O efeito líquido entre a constituição, reversão ou realização dos saldos contidos no resultado de equivalência patrimonial. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa líquido de atividades operacionais	1.262.333	1.467.585	1.202.849	1.739.996
Caixa gerado nas operações	1.338.020	2.065.481	1.360.848	2.167.727
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.481.946	(1.253.197)	2.481.946	(1.253.197)
Depreciação e amortização	791.670	311.735	748.221	313.424
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(120.363)	(464.699)	(532.911)	(536.113)
Exaustão dos ativos biológicos	617.417	676.044	674.891	685.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos	698.992	(746.788)	542.966	(724.821)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(1.486.175)	3.734.741	(1.486.137)	4.004.843
Juros, variação monet. e particip. de resultados de debêntures	60.166	416.815	60.166	416.815
Amortização ajuste a valor presente de debêntures	29.016	40.891	29.016	40.891
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(969.215)	(606.105)	(970.694)	(765.019)
Provisão de juros - REFIS	48.777	47.653	48.777	47.653
Resultado na alienação de ativos	(44.670)	(6.910)	(44.670)	(6.910)
Resultado de equivalência patrimonial	(586.945)	(70.316)	(49.321)	(29.641)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(130.446)	(13.657)	(134.244)	(16.326)
Outras	(52.150)	(726)	(7.158)	(9.175)
Variações nos ativos e passivos	(75.687)	(597.896)	(157.999)	(427.731)
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(9.678)	(512.929)	(124.281)	(352.423)
Estoques	(180.904)	(117.075)	(175.789)	(137.417)
Tributos a recuperar	(335.468)	(1.117.316)	(327.644)	(1.118.961)
Títulos e valores mobiliários	(34.160)	(59.539)	(34.160)	(59.539)
Outros ativos	(249.412)	(58.320)	(249.208)	(53.057)
Fornecedores	628.062	1.085.138	637.094	1.081.199
Obrigações fiscais	11.174	(10.269)	8.243	(9.737)
Obrigações sociais e trabalhistas	61.634	54.589	62.363	55.470
Outros passivos	33.065	136.589	45.383	164.916
Caixa líquido atividades de investimento	(2.618.087)	(4.659.896)	(2.648.153)	(4.595.526)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.387.647)	(4.514.138)	(2.421.779)	(4.526.734)
Custo plantio ativos biológicos	(112.467)	(70.069)	(144.868)	(100.471)
Recebimento na alienação de ativos	10.799	14.672	10.799	14.672
Aquisição invest. e integralização em controladas (caixa)	(130.440)	(112.268)	(93.063)	-
Resultados recebidos de empresas controladas	1.668	21.907	758	17.007
Caixa líquido atividades de financiamento	2.567.690	3.192.544	2.264.301	2.663.420
Captação de empréstimos e financiamentos	4.855.343	5.503.704	4.505.275	4.925.579
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.371.964)	(1.563.319)	(1.371.314)	(1.514.105)
Pagamento de juros das debêntures e variação monetária	(450.140)	(342.486)	(450.140)	(342.486)
Aquisição de ações para tesouraria	(24.262)	(32.623)	(24.262)	(32.623)
Alienação de ações mantidas em tesouraria	6.216	5.263	6.216	5.263
Entrada de investidores SCPs	-	-	65.000	-
Pagamento dividendos SCP's	-	-	(18.971)	(213)
Dividendos pagos	(447.503)	(377.995)	(447.503)	(377.995)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	1.211.936	233	818.997	(192.110)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4.031.184	4.030.951	5.053.723	5.245.833
Saldo final de caixa e equivalentes	5.243.120	4.031.184	5.872.720	5.053.723

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas				
. Venda produtos	8.315.257	6.858.048	8.423.584	6.962.629
. Variação no valor justo dos ativos biológicos	120.363	464.699	532.911	536.113
. Outras receitas	12.059	14.289	12.057	14.286
. Perdas estimadas com créd. de liq. duvidosa	(3.261)	7.269	(3.273)	7.272
	8.444.418	7.344.305	8.965.279	7.520.300
Insumos adquiridos de terceiros				
. Custo dos produtos vendidos	(2.980.911)	(2.410.400)	(3.018.659)	(2.439.472)
. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.284.734)	(1.007.007)	(1.279.843)	(1.047.572)
	(4.265.645)	(3.417.407)	(4.298.502)	(3.487.044)
Valor adicionado bruto	4.178.773	3.926.898	4.666.777	4.033.256
Retenções				
. Depreciação, amortização e exaustão	(1.409.087)	(987.779)	(1.423.112)	(998.727)
Valor adicionado líquido produzido	2.769.686	2.939.119	3.243.665	3.034.529
Valor adicionado recebido em transferência				
. Resultado de equivalência patrimonial	586.945	70.316	49.321	29.641
. Receitas financeiras, incluindo variação cambial	644.848	934.148	717.935	975.186
	1.231.793	1.004.464	767.256	1.004.827
Valor adicionado total a distribuir	4.001.479	3.943.583	4.010.921	4.039.356
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal				
. Remuneração direta	899.316	665.300	922.464	692.376
. Benefícios	255.168	179.309	256.227	180.048
. FGTS	70.917	54.777	71.072	54.930
	1.225.401	899.386	1.249.763	927.354
Impostos, taxas e contribuições				
. Federais	1.357.359	(239.613)	1.220.435	(199.023)
. Estaduais	143.964	138.885	143.964	138.885
. Municipais	13.667	10.521	13.667	10.521
	1.514.990	(90.207)	1.378.066	(49.617)
Remuneração de capitais de terceiros				
. Juros	(1.220.858)	4.387.601	(1.098.854)	4.414.816
	(1.220.858)	4.387.601	(1.098.854)	4.414.816
Remuneração de capitais próprios				
. Dividendos e participação resultados deb. 6º emissão	512.365	332.085	512.365	332.085
. Lucros retidos (prejuízo absorvido) do exercício	1.969.581	(1.585.282)	1.969.581	(1.585.282)
	2.481.946	(1.253.197)	2.481.946	(1.253.197)
	4.001.479	3.943.583	4.010.921	4.039.356

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Klabin S.A. (“Companhia”) e suas controladas atuam em segmentos da indústria de papel e celulose para atendimento aos mercados interno e externo: fornecimento de madeira, papéis para embalagem, sacos de papel, caixas de papelão ondulado e celulose. Suas atividades são plenamente integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações (“Units”) negociados na BM&F Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo.

A Companhia controladora (“Klabin S.A.”) também possui investimentos em Sociedades em Conta de Participação (“SCPs”), com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento. A Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, tem contribuído com ativos florestais, basicamente florestas e terras, através da concessão de direito de uso e os demais sócios investidores contribuído em espécie para as referidas SCPs. Essas SCPs asseguram à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

A Companhia também tem participação em outras sociedades (notas explicativas 3 e 11), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio.

A emissão dessas Demonstrações Financeiras da Klabin S.A. (“Companhia”) e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2017.

1.1 Início das operações de celulose (“Projeto Puma”)

No mês de março de 2016 foi dado o início das operações da sua nova fábrica de celulose (“unidade Puma”) no município de Ortigueira no Paraná. Este projeto é responsável pelas operações do segmento de Celulose da Companhia, avançando em diferentes mercados, fornecendo celuloses branqueadas de fibra curta, de fibra longa e *fluff*.

O primeiro fardo de celulose foi produzido em 4 de março de 2016, já com a certificação FSC-*Forest Stewardship Council*. A comercialização da celulose teve início em abril de 2016 e o *ramp up* da fábrica evoluiu conforme planejado, atingindo ao final de 2016 85% da capacidade nominal da fábrica.

1.2 Contrato de comercialização de celulose

Em 4 maio de 2015, a Companhia em conjunto com a Fibria Celulose S.A. (“Fibria”) comunicou ao mercado o acordo firmado para o fornecimento de celulose de fibra curta, que está sendo produzida na nova fábrica de celulose, na cidade de Ortigueira no Estado do Paraná.

O contrato iniciou no segundo trimestre de 2016 e tem prazo de seis anos, podendo ser renovado mediante acordo entre as partes. Fica estabelecido o compromisso de compra de um volume mínimo de 900 mil toneladas anuais pela Fibria nos primeiros quatro anos, com redução gradual nos dois anos seguintes, para comercialização em países fora da América do Sul. O preço será o médio líquido praticado pela Fibria no mercado.

A operação comercial resultante desse contrato é uma inovação no mercado global de celulose, que trará benefícios para ambas as empresas à medida que alia a expertise comercial da Fibria com a reconhecida competência industrial da Klabin.

1.3 Constituição de subsidiária integral Klabin Áustria

Em 22 de junho de 2016, a Companhia constituiu uma subsidiária integral sediada na Áustria, denominada Klabin Áustria, com o objetivo de melhorar a gestão sobre suas exportações, internalizando atividades de logística de distribuição na Europa, administração e conservação dos estoques, pagamento de fornecedores e recebimento de clientes.

1.4 Criação de Sociedade em Conta de Participação Harmonia

Em 5 de agosto de 2016, a Companhia constituiu uma nova Sociedade em Conta de Participação (“SCP”), denominada Harmonia, com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento.

Para constituição da nova sociedade, a Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, aportou R\$ 102 milhões em ativos florestais e direito de uso de terras, enquanto sócios investidores aportaram R\$ 65 milhões em caixa na sociedade. A SCP assegura à Companhia o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

1.5 Aquisição de ativos industriais da Hevi

Em 01 de agosto de 2016, a Companhia concluiu a aquisição de ativos industriais da Hevi Embalagens da Amazônia Ltda (“Hevi”), correspondentes a máquinas e instalações para a produção de caixas de papelão ondulado em Manaus (AM), com capacidade de 22 mil toneladas/ano incrementando as operações da unidade de negócio de conversão, atendendo a estratégia de crescimento consistente estabelecida pela Administração, contando com uma nova filial em nova localidade.

O valor da aquisição dos ativos totalizou aproximadamente R\$ 60 milhões. O modelo da operação foi feito através da aquisição de parte dos ativos da Hevi, sem aquisições de ações ou controle da empresa Hevi. A Administração da Companhia, aplicando os conceitos do CPC 15 – Combinação de Negócios, entendeu que a referida operação se caracterizava nos conceitos da norma, portanto procedeu com a análise da alocação do preço de compra (*purchase price allocation*), atribuindo valores econômicos, obtidos com laudo de terceiros especializados, aos ativos adquiridos. A apuração do preço de compra gerou o montante de R\$ 2.900 de ganho por compra vantajosa, registrados no resultado do exercício, como outras receitas operacionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a nova operação, desde a aquisição, apurou R\$ 16.739 de receita líquida de vendas e resultado operacional antes do resultado financeiro equivalente ao prejuízo de R\$ 3.190, alocados no segmento de Conversão.

1.6 Aquisição de unidade industrial da Embalplan S.A.

Em 25 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu a empresa Embalplan Indústria e Comércio de Embalagens S.A. (“Embalplan”), cuja planta está localizada no município de Rio Negro (PR), com capacidade de produção de 50 mil toneladas/ano de caixas de papelão ondulado, pelo valor de R\$ 124 milhões. A operação foi caracterizada como “Combinação de Negócios” nos termos do CPC 15. A data de aquisição efetiva, onde o controle da empresa foi passado para a Companhia deu-se em 01 de dezembro de 2016.

Dado o curto período de aquisição frente a preparação das referidas Demonstrações Financeiras, a Administração ainda não concluiu a alocação do preço de compra para os valores justos dos ativos e passivos adquiridos e composição de eventual ágio de rentabilidade futura (*goodwill*), devendo este ser concluído total ou substancialmente até 31 de março de 2017.

Os dados da adquirida apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016 representam valores provisórios na melhor estimativa da Administração. Assim que concluída a alocação do preço de compra os valores serão ajustados de forma retrospectiva.

Os valores contábeis da adquirida, atual subsidiária integral da Companhia, estão reconhecidos no balanço consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 como segue:

	<u>31/12/2016</u>
Ativo Circulante	22.714
Ativo Não Circulante	12.898
Ágio (Intangível) (i)	93.063
Passivo Circulante	(4.293)
Passivo Não Circulante	-
	<u>124.382</u>

(i) corresponde à diferença entre o valor pago e o valor contábil dos ativos da adquirida, ainda a serem alocados entre mais valia de ativos e rentabilidade futura.

Do total do preço de aquisição, o valor de R\$ 70.400 foi retido em uma conta de depósito em garantia (*escrow account*) a ser utilizada como meio de pagamento de eventuais obrigações de indenizações que venham a se tornar devidas.

A aquisição deste investimento está em linha com a estratégia da Administração da Companhia de crescimento sustentável. A operação foi devidamente aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 16 de novembro de 2016.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2.r.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Revisões de normas contábeis e interpretações entraram em vigor em 2016 e não tiveram impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo a revisão da IAS 41/CPC 29 que introduziu a distinção entre plantas de produção e outros ativos biológicos. Essa revisão não impacta a Companhia pois suas florestas são colhidas e replantadas, não há um segundo corte.

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto da controlada Klabin Argentina (nota explicativa 3) que tem como moeda funcional o Peso Argentino (A\$) e a Klabin Finance (nota explicativa 3) que tem como moeda funcional o dólar norte-americano (USD).

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

(ii) Controladas no exterior

As controladas no exterior com características de filial têm a mesma moeda funcional da Companhia. A controlada que tem moeda funcional diferente à da Companhia, tem suas diferenças cambiais resultantes da conversão de suas Demonstrações Financeiras contabilizadas separadamente em conta do patrimônio líquido, denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente). No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos dessa controlada no exterior são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pelas taxas de câmbio das datas das operações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 1) ativos financeiros: (i) mensurados pelo valor justo no resultado, (ii) empréstimos e recebíveis e (iii) disponíveis para venda; 2) passivos financeiros: (i) mensurados a valor justo no resultado e (ii) outros passivos financeiros.

(i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

(iii) Debêntures

O saldo de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, definidas como instrumentos financeiros híbridos (compostos) por conta de sua natureza, sendo segregada na sua emissão em componentes de dívida e patrimônio líquido, representados no passivo os valores dos juros que serão pagos aos debenturistas até a data de conversão, mensurados a valor presente, sendo acrescidos de variação monetária reconhecida sobre o passivo, quando aplicável.

As debêntures que não são mandatoriamente conversíveis são representadas no passivo pelo valor correspondente ao montante dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas e juros pagos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

d) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo das matérias-primas processadas, mão de obra direta e outros custos de produção.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia em casos de obsolescência de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

f) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

As controladas têm os seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação de seu país e/ou seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, lucro presumido. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o exercício.

g) Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas e empresas com controle compartilhado, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As Demonstrações Financeiras das controladas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas e controladas em conjunto, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

A variação cambial sobre o investimento em entidades controladas no exterior reconhecida no “Resultado Abrangente” é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizado mediante a realização do investimento a que se refere.

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia, a participação de sócios investidores nas Sociedades em Conta de Participação (notas explicativas 3 e 11) é apresentada no balanço patrimonial no passivo, sob a rubrica de “Outras contas a pagar – investidores SCPs”, por tratar-se de passivos financeiros e não instrumentos patrimoniais, conforme CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A Administração da Companhia qualifica as Sociedades em Conta de Participação, como entidades de vida própria com característica de subsidiárias, as quais são registradas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pela avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial do IFRS, foram avaliados a valor justo (*deemed cost*) os custos da classe de imobilizado de terras, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 12.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados. Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

i) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O saldo de imobilizado, ágio por rentabilidade futura ("*goodwill*") e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel, celulose, caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda de madeira para terceiros. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

k) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas Demonstrações Financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões levantadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

n) Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

o) Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia concedeu plano de previdência privada e assistência médica a ex-funcionários aposentados até 2001. Para esses benefícios faz-se o reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparado por perito independente. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

p) Plano de outorga de ações

O plano de outorga de ações oferecido pela Companhia é mensurado pelo valor justo na data da outorga e sua despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido contra o patrimônio líquido no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

q) Subvenção governamental

As subvenções governamentais cedidas para a Companhia são reconhecidas na medida em que as condições relacionadas a obtenção da subvenção são cumpridas. No caso de subvenções recebidas

para compensação de despesas, as mesmas são reconhecidas como redução das despesas que se pretende compensar.

No caso de subvenções governamentais para investimentos em ativos, os benefícios são registrados no balanço na forma que foram cedidos pelo órgão governamental, podendo ser registrado no passivo como receita diferida, reconhecido como receita na base sistemática durante a vida útil do ativo adquirido, ou deduzido do ativo relacionado com a subvenção, sendo reconhecido como receita por meio de crédito à depreciação registrada como despesa no resultado.

No caso de haver dependência de não-distribuição aos sócios dos benefícios recebidos na forma de subvenção governamental, os respectivos valores são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de “Reserva de Incentivos Fiscais” no patrimônio líquido.

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos tributários diferidos, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas e ajuste a valor presente de saldos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das Demonstrações Financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem

os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de *impairment* para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos, principalmente relacionados às operações de arrendamento de terras de terceiros, correspondentes a 77 mil hectares de terras florestais e compromissos futuros de R\$ 167 milhões (vide nota explicativa 16). Por ora, o entendimento é de que o potencial efeito seja o reconhecimento de um valor próximo desse como ativo e como passivo, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de arrendamento. Dada a complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão da conclusão.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir, exceto as controladas que possuem controle compartilhado (*joint venture*) com outras entidades, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial tanto nas Demonstrações Financeiras individuais quanto nas consolidadas.

As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela

controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados. As Demonstrações Financeiras consolidadas abrangem as da Klabin S.A. e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como seguem:

	País Sede	Atividade	Participação	Participação - %	
				31/12/2016	31/12/2015
<u>Empresas controladas:</u>					
Klabin Argentina S.A.	Argentina	Sacos industriais	Direta	100	100
Klabin Ltd.	Cayman Islands	Participação em outras companhias	Direta	100	100
Klabin Trade	Inglaterra	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Indireta	100	100
Klabin Forest Products Company	Estados Unidos	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Direta	100	100
IKAPÊ Empreendimentos Ltda.	Brasil	Hotelaria	Direta	100	100
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	Brasil	Fabricação de produtos fitoterápicos	Direta	100	100
Klabin Florestal Ltda.	Brasil	Plantio de florestas	Direta	100	100
Monterla Holdings S.A.	Brasil	Participação em sociedades	Direta	100	100
Klabin Finance S.A.	Luxemburgo	Financeira	Direta	100	100
Klabin Áustria GmbH	Áustria	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Direta	100	-
Embalplan Ind. e Com. de Embalagens S.A.	Brasil	Embalagens	Direta	100	-
<u>Sociedades em Conta de Participação:</u>					
Correia Pinto	Brasil	Reflorestamento	Direta	91	89
CG Forest	Brasil	Reflorestamento	Direta	83	77
Monte Alegre	Brasil	Reflorestamento	Direta	80	76
Harmonia	Brasil	Reflorestamento	Direta	74	-
<u>Empresas com controle compartilhado (não consolidadas):</u>					
Florestal Vale do Corisco S.A.	Brasil	Reflorestamento	Direta	51	51

Investimento em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*)

O investimento na Florestal Vale do Corisco S.A., considerando suas características, está classificado como entidade controlada em conjunto (*joint venture*) e está registrada pelo método da equivalência patrimonial, nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia seguindo suas políticas de aplicações de recursos tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha tanto no Brasil como no exterior, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências de classificação de risco divulgado na nota explicativa 25. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata junto às instituições financeiras, com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos - moeda nacional	29.578	20.416	33.591	21.590
Caixa e bancos - moeda estrangeira (i)	-	-	7.985	34.921
Aplicações - moeda nacional	4.807.936	3.661.827	4.979.048	3.767.021
Aplicações - moeda estrangeira (i)	405.606	348.941	852.096	1.230.191
	5.243.120	4.031.184	5.872.720	5.053.723

(i) Em dólares norte-americanos

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e outras operações compromissadas, são indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual de remuneração de 13,76% (14,32% em 31 de dezembro de 2015), e as aplicações em moeda estrangeira, correspondentes a operações de *Time Deposit* firmados em dólar e *over night*, possuem taxa média de remuneração anual de 0,53% (0,55% em 31 de dezembro de 2015), com liquidez imediata garantida pelas instituições financeiras.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (“LFT”) e Título do Tesouro Direto (“NTN-B”). A LFT possui remuneração indexada à variação da SELIC e vencimentos em 2020 e a NTN-B é remunerada pela variação do IPCA + 6% com vencimentos em 2020 e 2022.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo desses títulos, controladora e consolidado, é de R\$ 591.303 (R\$ 557.143 em 31 de dezembro de 2015), os quais a Administração classificou como ativos financeiros disponíveis para venda. Esses títulos têm um mercado ativo de negociação. Considerando suas características, o valor justo é basicamente o valor do principal acrescido dos juros originalmente estabelecidos nesses títulos.

Os títulos e valores mobiliários se enquadram no Nível 1 da hierarquia de mensuração pelo valor justo, de acordo com a hierarquia do CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, por tratar-se de ativos com preços cotados em mercado.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cientes				
. Nacionais	1.101.562	920.171	1.111.455	920.232
. Estrangeiros	319.856	251.369	555.171	618.839
Total de clientes	1.421.418	1.171.540	1.666.626	1.539.071
Perdas estimadas com créd. De liq. duvidosa ("PECLD")	(41.168)	(37.907)	(41.246)	(37.972)
	1.380.250	1.133.633	1.625.380	1.501.099
Vencidos	65.039	91.490	69.880	92.594
% Total da Carteira (s/ PECLD)	1,68%	4,57%	1,72%	3,55%
01 a 10 dias	6.128	4.685	6.128	4.685
11 a 30 dias	9.448	10.483	14.211	10.875
31 a 60 dias	7.217	6.961	7.217	7.608
61 a 90 dias	168	14.344	168	14.344
+ de 90 dias	42.078	55.017	42.156	55.082
A Vencer	1.356.379	1.080.050	1.596.746	1.446.477
Total de Clientes	1.421.418	1.171.540	1.666.626	1.539.071

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 78 dias para as vendas realizadas no mercado interno e aproximadamente 135 dias para vendas realizadas no mercado externo, havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação. Conforme mencionado na nota explicativa 25, a Companhia tem normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação das perdas estimadas está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(45.177)	(45.245)
Perdas estimadas do período	(16.349)	(16.347)
Reversões das perdas estimadas	1.750	1.750
Baixa definitiva	21.869	21.870
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(37.907)	(37.972)
Perdas estimadas do período	(20.885)	(20.898)
Reversões das perdas estimadas	12.003	12.003
Baixa definitiva	5.621	5.621
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(41.168)	(41.246)

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas vencidas há mais de 90 dias. A despesa com a constituição da perda estimada é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de "Despesas / receitas operacionais – com vendas".

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora					
	31/12/2016		31/12/2015			
Tipo de relação	Klabin Trade (i) e (vi) Controlada	Klabin Argentina (i) Controlada	Soc. Conta de Participação Aranha & Cia. (iii) Acionista	Klabin Irmaãos & Cia. (iii) e (iv) Acionista	Outras (i) (ii) (iii) (v) e (vi)	Total
Saldos						
Ativo circulante	505.046	11.729	2.012	917	28.573	548.277
Ativo não circulante					1.894	1.799
Passivo circulante			993	673	16.504	801.049
Passivo não circulante		1.580.664		3.283	852	457.287
				3.909.635		5.285.610
Transações						
Receita de vendas	1.041.354	79.988	8.470		20.291	1.169.715
Compras			(7.127)		(48.875)	(12.439)
Despesa de juros s/ financiamento						(288.786)
Despesa Comissão de aval					(340.773)	(443.927)
Despesa de royalties						(30.226)
(i) Saldo a receber de operações de vendas de produtos realizadas a preços e prazos nas condições estabelecidas entre as partes;				(7.389)	(5.799)	(49.250)
(ii) Compra de madeira realizada a preços e prazos nas condições usuais de mercado;						
(iii) Licenciamento de uso de marca;						
(iv) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do ENDES de 1% ao semestre;						
(v) Fornecimento de mudas, sementes e serviços a preços e prazos nas condições usuais de mercado;						
(vi) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;						
(vii) Adiantamento para futura subscrição de capital;						

	Consolidado				
	31/12/2016		31/12/2015		
	Monteiro Aranha S.A.	Klabin Irmãos & Cia.	BNDES	Outras	Total
	(i) Acionista	(i), (ii) e (iv) Acionista	(iii) Acionista	(i)	Total
<u>Tipo de relação</u>					
<u>Saldos</u>					
Ativo circulante		917			917
Passivo circulante	673	3.283	746.101	991	751.048
Passivo não circulante			3.909.635		3.909.635
					3.723.450
<u>Transações</u>					
Despesa de juros / financiamento			(340.773)		(340.773)
Comissão de aval - despesa		(30.226)			(30.226)
Despesa de royalties	(7.389)	(36.062)		(5.799)	(49.250)
					(46.555)
(i) Licenciamento de uso de marca;					
(ii) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 1% ao semestre;					
(iii) <u>Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;</u>					

	Consolidado				
	31/12/2016		31/12/2015		
	Monteiro Aranha S.A.	Klabin Irmãos & Cia.	BNDES	Outras	Total
	(i) Acionista	(i) e (ii) Acionista	(iii) Acionista	(i)	Total
<u>Tipo de relação</u>					
<u>Saldos</u>					
Ativo circulante		917			917
Passivo circulante	673	3.283	746.101	991	751.048
Passivo não circulante			3.909.635		3.909.635
					3.723.450
<u>Transações</u>					
Despesa de juros / financiamento			(340.773)		(340.773)
Comissão de aval - despesa		(30.226)			(30.226)
Despesa de royalties	(7.389)	(36.062)		(5.799)	(49.250)
					(46.555)
(i) Licenciamento de uso de marca;					
(ii) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 1% ao semestre;					
(iii) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;					

b) Remuneração e benefícios da Administração e Conselho Fiscal

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 10 de março de 2016 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal, fixado em até R\$ 56.100 para o exercício de 2016 (R\$ 41.700 para o exercício de 2015).

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho Fiscal:

	Controladora e consolidado					
	Curto prazo		Longo prazo		Total dos benefícios	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Administração e conselho fiscal	32.212	30.332	5.558	5.100	37.770	35.432

A remuneração da Administração contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remunerações variáveis dos diretores. Os benefícios de longo prazo referem-se às contribuições feitas pela Companhia no plano de previdência e apuração de plano de outorga de ações. Referidos montantes estão registrados substancialmente na rubrica “Despesas operacionais - administrativas”.

Adicionalmente, a Companhia concede aos diretores estatutários e outros executivos um Plano de Outorga de Ações, descrito na nota explicativa 22.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	161.499	124.413	212.632	162.899
Matérias-primas	219.019	170.026	241.930	203.596
Madeiras e toras	214.153	150.842	214.153	150.842
Material de manutenção	195.527	161.956	200.485	167.478
Perdas estimadas	(13.481)	(13.633)	(13.481)	(13.862)
Outros	17.998	20.207	21.196	30.173
	794.715	613.811	876.915	701.126

Os estoques de matérias primas incluem bobinas de papel transferidas das unidades produtivas de papel para as unidades de conversão.

A variação principal no saldo dos estoques deve-se à formação dos estoques de celulose e de madeira necessários para a operação do Puma.

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Custo dos produtos vendidos”.

A Companhia não tem estoques dados em garantia.

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Ativo Circulante	Ativo não Circulante
ICMS	188.865	1.174.309	122.397	1.048.897
PIS	35.265	14.117	40.056	10.897
COFINS	153.595	77.314	179.329	62.578
IR/CS	366.564	-	324.041	-
IPI	20.968	271.742	19.145	-
Outros	29.371	17.190	38.780	37.266
Controladora	794.628	1.554.672	723.748	1.159.638
Controladas	8.727	-	12.753	-
Consolidado	803.355	1.554.672	736.501	1.159.638

A Companhia registrou créditos de impostos e contribuições incidentes nas aquisições de ativo imobilizado conforme legislação vigente, além de subvenção governamental de ICMS concedida pelo Governo do Paraná por conta do Projeto Puma, os quais vêm sendo utilizados para compensação com impostos a pagar da mesma natureza ou outros impostos, desde que aplicável. Os créditos de ICMS créditos do Projeto Puma estão indexados pelo FCA – Fator de Conversão e Atualização monetária do Estado do Paraná.

No mês de maio de 2016 a Companhia registrou créditos de IPI decorrentes de decisão favorável em processo tributário, transitado em julgado, substancialmente alocados no resultado financeiro, uma vez que somente o valor original foi alocado à despesa de IPI. Os créditos já estão disponíveis para compensação nos termos da legislação tributária em vigor.

O PIS/COFINS e o ICMS mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados com esses mesmos tributos a recolher nos próximos 12 meses, conforme estimativa da Administração.

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração não prevê riscos de não realização desses créditos tributários, desde que as projeções orçamentárias se concretizem.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

Os saldos dos impostos diferidos ativos e passivos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisões fiscais, prev, trabalhistas e civ eis	23.964	24.556	23.964	24.556
Prejuízos fiscais e bases negat iv as	801.307	892.392	801.363	892.392
Passivo atuarial	30.212	20.314	30.212	20.314
Outras diferenças temporárias	169.107	71.282	169.107	71.366
Ativo não circulante	1.024.590	1.008.544	1.024.646	1.008.628
Valor justo dos ativ os biológicos	532.081	692.340	560.120	856.369
Revisão vida útil imobilizado (Lei 12.973/14)	370.625	322.032	370.625	322.032
Custo atribuído ao ativo imobilizado (terras)	486.426	489.178	559.047	561.798
Ajuste a valor presente de saldos	43.938	45.641	43.938	45.641
Juros capitalizados (Lei 12.973/14)	166.269	131.939	166.269	131.939
Variação cambial diferida (i)	749.303	-	749.303	-
Outras diferenças temporárias	52.210	45.138	52.210	45.118
Passivo não circulante	2.400.852	1.726.268	2.501.512	1.962.897
Saldo líquido no balanço (passivo)	1.376.262	717.724	1.476.866	954.269

(i) A Administração optou pelo critério de reconhecimento fiscal das variações cambiais de seus direitos e obrigações com base no regime de caixa para o exercício de 2016, gerando diferenças temporárias de variação cambial, as quais serão tributadas em função da liquidação dos débitos e obrigações denominados em moeda estrangeira.

A Administração, com base em orçamento aprovado, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	
	Controladora	Consolidado
2017	292.492	292.492
2018	205.722	205.722
2019	168.675	168.675
2020	275.286	275.286
2021	82.415	82.471
	1.024.590	1.024.646

A projeção de realização do saldo, considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, a projeção pode não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

As informações da Companhia acerca dos tributos em discussão judicial estão demonstradas na nota explicativa 17.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de imposto corrente	(164.008)	(15.699)	(176.366)	(30.210)
Ajuste do exercício anterior	(13.657)	-	(13.657)	-
Corrente	(177.665)	(15.699)	(190.023)	(30.210)
Reversão de diferenças temporárias	(612.782)	(145.564)	(582.219)	(189.499)
Constituição de crédito de base negativa	-	892.392	-	892.392
Reavaliação vida útil imobilizado	48.593	45.389	48.593	45.390
Variação de valor justo e exaustão de ativos biológicos	(134.803)	(45.429)	(9.340)	(23.462)
Diferido	(698.992)	746.788	(542.966)	724.821

c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.358.603	(1.984.286)	3.214.935	(1.947.808)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(1.141.925)	674.657	(1.093.078)	662.255
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Diferença de tributação - empresas controladas (i)	-	-	292.238	3.136
Resultado de equivalência patrimonial	199.561	23.907	16.769	10.078
Outros efeitos	65.707	32.525	51.082	19.142
	(876.657)	731.089	(732.989)	694.611
Imposto de renda e contribuição social				
. Corrente	(177.665)	(15.699)	(190.023)	(30.210)
. Diferido	(698.992)	746.788	(542.966)	724.821
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(876.657)	731.089	(732.989)	694.611

(i) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se substancialmente às diferenças entre o Regime de Lucro Real adotado pela Companhia para o Regime de Lucro Presumido adotado por algumas de suas controladas.

11 PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Klabin Finance S.A.	Soc. Conta de Participação Correia Pinto	Soc. Conta de Participação CG Forest	Soc. Conta de Participação Mt Alegre	Soc. Conta de Participação Harmonia	Florestal Vale do Corisco S.A. (i)	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2014	(25.382)	463.605	68.403	118.763	-	483.204	135.066	1.243.659
Aquisição e integralização de capital	109.880						2.388	112.268
Dividendos distribuídos		(4.900)				(17.007)		(21.907)
Equivalência patrimonial (ii)	(30.378)	(1.007)	14.647	34.708		29.642	22.705	70.317
Variação cambial de investimento no exterior (iii)							(5.045)	(5.045)
Em 31 de dezembro de 2015	54.120	457.698	83.050	153.471	-	495.839	155.114	1.399.292
Aquisição e integralização de capital			(910)		102.354	(758)	130.440	232.794
Dividendos distribuídos		294.005	49.573	103.496	83.277	49.321	7.870	586.945
Equivalência patrimonial (ii)	(597)						(24.730)	(24.730)
Variação cambial de investimento no exterior								
Em 31 de dezembro de 2016	53.523	751.703	131.713	256.967	185.631	544.402	268.694	2.192.633

Resumo das demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2016

Ativo total	1.716.688	916.824	162.661	330.426	261.930	1.434.183
Passivo total	1.603.165	89.968	4.767	10.479	11.298	366.731
Patrimônio líquido	53.523	826.856	157.894	319.947	250.632	1.067.452
Resultado do período	12.407	301.800	68.526	116.478	83.277	102.378

(i) Por tratar-se de uma joint venture (vide nota explicativa 3), a Vale do Corisco não é consolidada, sendo o único investimento apresentada nos balanços consolidados como investimento com reconhecimento de equivalência patrimonial.

(ii) Inclui efeitos de variação e realização do valor justo de ativos biológicos (nota explicativa 13).

(iii) Filial

12 IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

Controladora	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos	1.832.779	-	1.832.779	1.776.761	-	1.776.761
Edifícios e construções	1.955.929	(298.540)	1.657.389	676.240	(238.052)	438.188
Máquinas, equipamentos e instalações	10.559.205	(2.798.607)	7.760.598	4.986.462	(2.268.151)	2.718.311
Obras e instalações em andamento	972.136	-	972.136	6.620.794	-	6.620.794
Outros (i)	921.453	(407.052)	514.401	442.080	(237.203)	204.877
	16.241.502	(3.504.199)	12.737.303	14.502.337	(2.743.406)	11.758.931
Consolidado						
Terrenos	2.066.047	-	2.066.047	2.008.613	-	2.008.613
Edifícios e construções	1.964.206	(300.534)	1.663.672	682.058	(240.478)	441.580
Máquinas, equipamentos e instalações	10.600.003	(2.828.346)	7.771.657	5.007.468	(2.281.382)	2.726.086
Obras e instalações em andamento	973.342	-	973.342	6.627.185	-	6.627.185
Outros (i)	929.021	(408.332)	520.689	444.261	(238.579)	205.682
	16.532.619	(3.537.212)	12.995.407	14.769.585	(2.760.439)	12.009.146

(i) Saldo correspondente a classes de imobilizado como benfeitorias, veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

As informações dos ativos imobilizados dados em garantia de operações firmadas pela Companhia constam na nota explicativa 14.

b) Movimentação sumária do imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2014	1.784.065	449.862	2.740.247	2.948.566	188.727	8.111.467
Adições (i)	7.348	(4.563)	-	3.687.304	1.426	3.691.515
Baixas	(20.951)	(790)	(3.060)	-	(582)	(25.383)
Depreciação		(21.107)	(274.241)		(32.069)	(327.417)
Transferências Internas	6.299	14.954	255.860	(324.106)	46.993	-
Juros capitalizados (ii)	-	-	-	313.971	-	313.971
Outros	-	(168)	(495)	(4.941)	382	(5.222)
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.776.761	438.188	2.718.311	6.620.794	204.877	11.758.931
Adições (i)	34.290	-	(79)	1.650.269	(1.270)	1.683.210
Baixas	(16.041)	(7.734)	(71.453)	(148)	51.430	(43.946)
Depreciação		(61.831)	(635.363)		(87.708)	(784.902)
Transferências Internas	40.908	1.303.963	5.762.030	(7.505.427)	398.526	-
Juros capitalizados (ii)	-	-	-	130.640	-	130.640
Outros	(3.139)	(15.197)	(12.848)	76.008	(51.454)	(6.630)
Saldo 31 de dezembro de 2016	1.832.779	1.657.389	7.760.598	972.136	514.401	12.737.303

(i) Líquido dos impostos recuperáveis (vide nota explicativa 9).

(ii) Juros capitalizados ao ativo imobilizado relacionado aos financiamentos captados para custeio de projetos de investimento, como Projeto Puma, vide notas explicativas 14, 15 e 21.

						Consolidado
			Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento		
	Terrenos	Edifícios e construções			Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2014	2.013.562	453.484	2.745.677	2.949.530	189.134	8.351.387
Adições (i)	9.737	(4.482)	4.330	3.692.435	2.091	3.704.111
Baixas	(20.951)	(789)	(3.077)	-	(488)	(25.305)
Depreciação		(21.268)	(275.562)	-	(32.276)	(329.106)
Transferências Internas	6.299	14.954	255.860	(324.106)	46.993	-
Juros capitalizados (ii)	-	-	-	313.971	-	313.971
Outros	(34)	(319)	(1.142)	(4.645)	228	(5.912)
Saldo 31 de dezembro de 2015	2.008.613	441.580	2.726.086	6.627.185	205.682	12.009.146
Adições (i)	35.881	3.996	23.789	1.648.987	4.689	1.717.342
Baixas	(16.041)	(7.734)	(71.453)	(148)	51.526	(43.850)
Depreciação		(61.955)	(655.942)	-	(87.935)	(805.832)
Transferências Internas	40.908	1.303.963	5.780.037	(7.463.811)	338.903	-
Juros capitalizados (ii)	-	-	-	130.640	-	130.640
Outros	(3.314)	(16.178)	(30.860)	30.489	7.824	(12.039)
Saldo 31 de dezembro de 2016	2.066.047	1.663.672	7.771.657	973.342	520.689	12.995.407

(i) Líquido dos impostos recuperáveis (vide nota explicativa 9).

(ii) Juros capitalizados ao ativo imobilizado relacionado aos financiamentos captados para custeio de projetos de investimento, como Projeto Puma, vide notas explicativas 14, 15 e 21.

A depreciação foi substancialmente apropriada ao custo de produção do exercício.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, com o início das operações do Projeto Puma em abril de 2016 o montante de R\$ 7.233.660 foi transferido para as contas definitivas dando início à sua depreciação que em 2016 totalizou R\$ 395.621. Com isso, a capitalização de juros ao imobilizado foi interrompida.

c) Vida útil e método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa - %
Edifícios e construções	2,86 a 3,33
Máquinas, equipamentos e instalações	2,86 a 10 (i)
Outros	4 a 20

(i) Taxa predominante de 8%.

d) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) finalização da nova fábrica de celulose (“Projeto Puma”), (ii) construção do Centro de Tecnologia de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos no Paraná e (iii) outros investimentos correntes nas operações da Companhia.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

13 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra curta, longa e *fluff*,

bem como utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros. Em 31 de dezembro de 2016, considerando sua participação na área florestal da sua controlada em conjunto Florestal Vale do Corisco, a Companhia tem 232 mil hectares (235 mil hectares em 31 de dezembro de 2015) de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, ao valor justo, pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo de formação dos ativos biológicos	832.519	836.726	1.181.274	1.103.596
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	1.564.943	2.020.416	2.475.322	2.502.793
	2.397.462	2.857.142	3.656.596	3.606.389

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser possível de realizar os inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta somente após este período;

(ii) As florestas, após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e pinus respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável principalmente entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos (madeira em pé), denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;

(ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras.

b) Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.010.395	3.667.085
Plantio	70.069	100.471
Exaustão:		
. Custo histórico	(77.728)	(79.814)
. Ajuste ao valor justo	(598.316)	(605.489)
Variação de valor justo por:		
. Preço	11.950	36.114
. Crescimento	452.749	499.999
Alienação de ativos	(11.977)	(11.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.857.142	3.606.389
Plantio	112.467	144.868
Exaustão:		
. Custo histórico	(100.575)	(114.509)
. Ajuste ao valor justo	(516.842)	(560.382)
Variação de valor justo por:		
. Preço	2.376	(3.355)
. Crescimento	117.987	536.266
Compra de ativos	81.263	81.263
Alienação de ativos	(33.944)	(33.944)
Constituição de controlada (i)	(122.412)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.397.462	3.656.596

(i) Constituição de Sociedade em Conta de Participação descrita no item 1.4.

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios apresentados foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

c) Análise de sensibilidade

De acordo com a hierarquia do CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

Dentre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços praticados referem-se aos preços praticados nas regiões onde a Companhia está alocada, já a taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital, levando em conta a taxa básica de juros (Selic) e níveis de inflação.

Aumentos (reduções) significativos nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo (decrécimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2016 foi equivalente a R\$59/m³ (R\$57/ m³ em 31 de dezembro de 2015).

Sobre a taxa de desconto, os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizado na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, acarretaria em queda (elevação) dos valores mensurados. A Companhia atualiza seu custo médio de capital ponderado anualmente, sendo utilizada a nova taxa à partir da primeira avaliação trimestral de cada exercício, permanecendo a mesma utilizada no cálculo do primeiro trimestre para os demais. A taxa de desconto utilizada na avaliação do ativo biológico em 31 de dezembro de 2016 foi de 6,4% em moeda constante (5,9% em 31 de dezembro de 2015).

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

	Juros anuais %	31/12/2016		
		Não		
		Circulante	Circulante	Total
<u>Em moeda nacional</u>				
. BNDES - Projeto Puma	6,0 a TJLP + 2,48	275.339	1.840.803	2.116.142
. BNDES - Outros	TJLP + 4,82 e cesta(i) + 2,06	171.488	526.220	697.708
. BNDES - FINAME	2,5 a 10,28	102.389	210.599	312.988
. Notas de crédito à exportação (em R\$)	CDI	79.415	942.500	1.021.915
. Outros	1,0 a 6,8	55.020	57.224	112.244
. Comissões		(1.588)	(7.589)	(9.177)
		682.063	3.569.757	4.251.820
<u>Em moeda estrangeira (ii)</u>				
. BNDES - Projeto Puma	USD + 6,6	154.950	1.068.765	1.223.715
. BNDES - Outros	USD + 1,71 a 6,7	41.935	263.248	305.183
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,7 a 6,4	1.105.909	5.554.579	6.660.488
. Notas de crédito à exportação	USD + 2,0 a 8,0	441.995	896.253	1.338.248
. Pré pagamentos exportação c/ controladas	USD + 3,1 a 5,7	33.495	1.580.664	1.614.159
. BID	USD + Libor 6M + 1,4 a 1,78	7.057	847.366	854.423
. Finnvera	USD + Libor 6M + 1 a 3,4	133.506	1.031.148	1.164.654
. Outros	USD + 1,9	8.158	32.591	40.749
. Comissões		(20.809)	(122.631)	(143.440)
		1.906.196	11.151.983	13.058.179
		2.588.259	14.721.740	17.309.999
Total Controladora				
Nas Controladas:				
<u>Em moeda estrangeira (ii)</u>				
. Bonds (Notes)	USD + 5,2	38.980	1.629.550	1.668.530
. Comissões		(715)	(4.644)	(5.359)
. Eliminação de Pré-pagamentos c/ controladas		(33.495)	(1.580.664)	(1.614.159)
		4.770	44.242	49.012
Total Consolidado				
		2.593.029	14.765.982	17.359.011

(i) Cesta composta substancialmente por dólares norte-americanos

(ii) Em dólares norte-americanos

		Juros anuais %		31/12/2015
		Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional				
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 2,0 e cesta(i) + 1,5	40.947	507	41.454
. BNDES - Projeto Puma	6,0 a TJLP + 2,48	46.742	1.692.054	1.738.796
. BNDES - Outros	TJLP + 4,82 e cesta(i) + 2,06	162.233	441.669	603.902
. BNDES - FINAME	2,5 a 10,28	107.882	312.311	420.193
. Notas de crédito à exportação (em R\$)	CDI	219.679	961.500	1.181.179
. Outros	1,0 a 6,8	72.693	155.995	228.688
. Comissões		(2.174)	(4.040)	(6.214)
		648.002	3.559.996	4.207.998
Em moeda estrangeira (ii)				
. BNDES - Projeto Puma	USD + 6,6	12.558	992.042	1.004.600
. BNDES - Outros	USD + 1,71 a 6,7	50.182	284.867	335.049
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,7 a 6,4	492.904	5.347.602	5.840.506
. Notas de crédito à exportação	USD + 2,0 a 8,0	415.180	1.581.444	1.996.624
. Pré pagamentos exportação c/ controladas	USD + 3,1 a 5,7	30.122	1.561.920	1.592.042
. Finnvera	USD + Libor 6M + 1 a 3,4	58.756	1.116.365	1.175.121
. Outros	USD + 1,9	27.721	116.671	144.392
. Comissões		(34.931)	(110.031)	(144.962)
		1.052.492	10.890.880	11.943.372
Total Controladora		1.700.494	14.450.876	16.151.370
Nas Controladas:				
Em moeda estrangeira (ii)				
. Bonds (Notes)	USD + 5,2	46.790	1.952.400	1.999.190
. Comissões		(856)	(6.421)	(7.277)
. Eliminação de Pré-pagamentos c/ controladas		(30.122)	(1.561.920)	(1.592.042)
		15.812	384.059	399.871
Total Consolidado		1.716.306	14.834.935	16.551.241

BNDES

A Companhia tem contratos com o BNDES que tiveram por finalidade o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, como financiamento para a construção da nova máquina de papel em Correia Pinto (SC), construção da nova máquina de reciclados em Goiana (PE), projeto de expansão do segmento de papéis, denominado MA 1100 e projeto de construção de unidade de celulose denominada Projeto Puma, com liquidação prevista para 2025. A amortização do financiamento está sendo realizada mensalmente com os respectivos juros.

Pré-pagamentos exportação e notas de crédito à exportação

As operações de pré-pagamentos e notas de crédito à exportação foram captadas com a finalidade de administração do capital de giro e desenvolvimento das operações da Companhia. A liquidação dos contratos está prevista para até fevereiro de 2024.

Bonds (Notes)

A Companhia, por meio de sua subsidiária integral “Klabin Finance S.A.” emitiu títulos representativos de dívida (Notes) no mercado internacional com listagem na Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF). Os títulos perfazem um total de USD 500 milhões com prazo de vencimento de 10 anos, com cupom de 5,25% pagos semestralmente, com tipo de emissão Senior Notes 144A/Reg S. A captação foi concluída em 16 de julho de 2014, tendo como objetivo de financiar as atividades da Companhia e de suas controladas dentro do curso normal dos negócios e atendendo os respectivos objetos sociais.

Finnvera (Agência de crédito de exportação da Finlândia)

Como parte do *funding* necessário para execução do Projeto Puma, a Companhia firmou contrato para captação de recursos, para utilizar no financiamento dos ativos adquiridos do Projeto Puma. O valor do compromisso é de até USD 460 milhões, divididos em duas tranches, sendo a primeira de até USD 414 milhões com juros de 3,4% a.a. e a segunda tranche de até USD 46 milhões com juros de Libor 6M + 1%a.a., sendo que dois desembolsos ocorreram em 2015 totalizando USD 325,7 milhões e um último desembolso de USD 38,6 milhões foi liberado no quarto trimestre de 2016, totalizando USD 364,3 milhões. O valor captado em USD foi menor que o inicialmente previsto devido o lastro das importações ser em Euro e da valorização do dólar frente ao Euro no período.

BID

O valor do compromisso é de USD 300 milhões, dividido em duas tranches, sendo a primeira de USD 150 milhões com juros de Libor 6M + 1,8% a.a. e a segunda tranche de USD 150 milhões com juros de Libor 6M + 1,4%. Em 2016 foram feitas três liberações totalizando USD 260 milhões. O restante será liberado em 2017.

b) Cronograma dos vencimentos não circulantes

O vencimento dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 classificados no passivo não circulante no balanço consolidado é demonstrado da seguinte forma:

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Valor	2.258.600	2.434.800	2.402.700	2.444.800	1.921.600	963.700	2.339.782	14.765.982

c) Movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.818.356	9.640.108
Captações	5.503.704	4.925.579
Provisão de Juros	783.758	889.295
Variação cambial e monetária	3.264.954	3.429.519
Amortizações e pagamento de juros	(2.169.424)	(2.279.124)
Transferências com issões	(49.978)	(54.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.151.370	16.551.241
Captações	4.855.343	4.505.275
Provisão de Juros	989.976	980.258
Variação cambial e monetária	(2.345.511)	(2.335.755)
Amortizações e pagamento de juros	(2.341.179)	(2.342.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	17.309.999	17.359.011

d) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Otacílio Costa – SC, Telêmaco Borba – PR e Ortigueira – PR, objeto dos respectivos financiamentos, além de depósitos em garantia, bem como por avais dos acionistas controladores Klabin Irmãos & Cia.

O financiamento junto ao Finnvera é garantido pelas plantas industriais de Angatuba – SP, Lages – SC, Piracicaba – SP, Betim - MG e Goiana – PE.

O financiamento junto ao BID é garantido pelas plantas industriais de Correa Pinto - SC, Jundiaí/Distrito Industrial – SP e Jundiaí/Tijuco Preto – SP.

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações e capital de giro não possuem garantias reais.

e) Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia e suas controladas não têm quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas informações financeiras que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

15 DEBÊNTURES

a) 6ª emissão de debêntures

A companhia concluiu em 7 de janeiro de 2014 a subscrição e integralização da totalidade de 27.200.000 debêntures emitidas em colocação privada, de valor unitário de R\$62,50, totalizando R\$1,7 bilhão. As debêntures são mandatoriamente conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, sem garantias e em moeda nacional. A conversão das debêntures se dará na proporção de uma debênture para 5 (cinco) “Units”, sendo esta o certificado de depósito de ações composto de 1 (uma) ação nominativa ordinária - ON e 4 (quatro) ações preferenciais nominativas – PN.

Cabe aos debenturistas a possibilidade de conversão das debêntures em “Units” de forma antecipada a qualquer momento, após o período de *lock up*, correspondente a 18 meses após a emissão. Cabe à Companhia a conversão antecipada somente após a conclusão das obras do Projeto Puma com atingimento de níveis operacionais.

Os recursos obtidos na emissão das debêntures foram destinados à construção da planta de celulose relacionada ao Projeto Puma.

As debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com vencimento em 8 de janeiro de 2019 e remuneração de 8% a.a., somada a variação monetária de reais por dólares americanos.

Conforme aviso aos debenturistas publicado em 02/08/2016 a Companhia comunicou que atingiu o nível operacional da fábrica de celulose de acordo com o previsto no item 4.6.3 da Escritura de Emissão, com a produção e comercialização de 300 mil toneladas de celulose.

Desta forma, a Companhia realizará, em 31 de janeiro de 2018, a conversão da totalidade das debêntures em circulação em “Units”.

Adicionalmente, as debêntures participam em qualquer distribuição de resultado aos acionistas da Companhia, sendo calculada como se as ações que serão convertidas futuramente já existissem. Tais distribuições tem seu valor deduzido do patrimônio líquido por conta de sua natureza como instrumento de patrimônio.

A partir do dia 07 de julho de 2015, as debêntures começaram a ser negociadas na BM&F Bovespa com o código KLBN-DCA61.

De acordo com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros Apresentação, a Companhia contabilizou as referidas debêntures como instrumento composto (híbrido), tendo sido determinado o valor presente dos juros até a conversão e reconhecido como passivo financeiro, e o valor contábil do

instrumento patrimonial contabilizado pelo valor líquido, ou seja, o valor total das debêntures deduzido o valor presente dos juros a pagar e deduzidos os custos de emissão do título, registrado em conta de “Reserva de Capital” no Patrimônio Líquido.

b) 7ª emissão de debêntures

A companhia concluiu em 23 de junho de 2014 a 7ª emissão de debêntures sendo emitidas 55.555.000 debêntures simples, com garantia fidejussória, conjugadas com bônus de subscrição, pelo valor nominal unitário de R\$ 14,40, totalizando R\$ 800 milhões, divididas em duas séries de 27.777.500 debêntures cada de forma simultânea.

	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total R\$ mil	Taxa de Juros	Vencimento	Amortização	Juros	Natureza	Bônus de subscrição
1ª série	27.777.500	14,40	399.996	IPCA + 7,25%	15/06/2020	Sem amortização	Semestral	Dívida conversível	Sim
2ª série	27.777.500	14,40	399.996	IPCA + 2,50%	15/06/2022	Semestral	Semestral	Dívida	Não
	55.555.000		799.992						

(i) 1ª Série – As Debêntures da 1ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2020, terão rendimento de IPCA + 7,25% ao ano, com pagamento de juros semestralmente com dois anos de carência, sem amortização do principal, e têm natureza de dívida conversível, haja vista que podem ser utilizadas a qualquer tempo até o vencimento, a critério do titular, para subscrever e integralizar em ações de emissão da Companhia na forma de “Units” (composta por 1 ação ordinária - ON e 4 ações preferenciais - PN), na proporção de 1 (uma) Unit para cada Debênture, por meio do exercício dos bônus de subscrição que serão atribuídos como vantagem adicional aos debenturistas.

(ii) 2ª Série – As Debêntures da 2ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2022, terão rendimento de IPCA + 2,50% ao ano, pagos semestralmente juntamente com a amortização do principal, com dois anos de carência, e não têm natureza de dívida conversível, estando, portanto desatreladas dos Bônus de Subscrição.

O adquirente da 1ª Série obrigatoriamente deve adquirir debêntures da 2ª Série. Foi alocado ao patrimônio líquido, o montante de R\$ 28.503 decorrente do bônus de subscrição das debêntures emitidas. Cabe aos debenturistas a possibilidade de conversão das debêntures em “Units” de forma antecipada a qualquer momento.

Foram subscritas pelo BNDES 98,86% das debêntures e o restante pelos demais acionistas no mercado.

c) Composição do saldo de debêntures

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31/12/2016			31/12/2015		
	6º Emissão	7º Emissão	Total	6º Emissão	7º Emissão	Total
Passivo circulante						
. Principal	-	61.538	61.538	-	61.538	61.538
. Juros	136.000	69	136.069	69.700	175.913	245.613
. Correção monetária/Part. resultados	47.473	-	47.473	22.659	-	22.659
	183.473	61.607	245.080	92.359	237.451	329.810
Passivo não circulante						
. Principal	-	676.881	676.881	-	738.419	738.419
. Juros	136.000	-	136.000	272.000	-	272.000
. Ajuste a valor presente de juros	(15.093)	-	(15.093)	(44.114)	-	(44.114)
. Correção monetária/Part. resultados	62.799	32.372	95.171	184.076	18.801	202.877
. Bônus subscrição	-	(28.503)	(28.503)	-	(28.503)	(28.503)
	183.706	680.750	864.456	411.962	728.717	1.140.679
Patrimônio líquido - reserva de capital						
. Debênture emitida	1.691.552	-	1.691.552	1.692.932	-	1.692.932
. Juros até o vencimento a valor presente	(410.119)	-	(410.119)	(410.119)	-	(410.119)
. Bônus subscrição	-	28.503	28.503	-	28.503	28.503
. Custo emissão da debênture	(29.841)	-	(29.841)	(29.841)	-	(29.841)
	1.251.592	28.503	1.280.095	1.252.972	28.503	1.281.475
Total	1.618.771	770.860	2.389.631	1.757.293	994.671	2.751.964

Foram pagos em 2016 o montante de R\$ 112.981 de juros das debêntures da 6ª Emissão e o montante de R\$ 337.159 de juros das debêntures da 7ª Emissão.

Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido por parte dos debenturistas da 6ª Emissão, 135.172 debêntures foram convertidas desde o fim do período de *lock-up* em 6 de julho de 2015. Deste total, 22.082 debêntures foram convertidas em 2016.

16 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional	590.754	524.819	591.234	524.889
Moeda estrangeira	29.148	171.458	43.622	177.310
	619.902	696.277	634.856	702.199

A Companhia, em geral, opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores operacionais de aproximadamente 36 dias. No caso de fornecedores de ativos imobilizados os prazos seguem negociação comercial de cada operação.

a) Compromissos

Por conta do Projeto Puma de construção da planta de celulose, foram negociados contratos com os fornecedores participantes do projeto relacionados às principais máquinas, equipamentos e serviços com montante de aproximadamente R\$ 150 milhões comprometidos em 31 de dezembro de 2016, devendo ser desembolsados ao longo de 2017.

A Companhia possui diversos contratos de arrendamento de terras para desenvolvimento da atividade florestal no cultivo de pinus e eucalipto firmado com terceiros nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina com vencimento até 2041. O arrendamento é calculado com base no real/hectare acordado entre as partes pelos prazos definidos.

O quadro a seguir demonstra a projeção dos valores que serão desembolsados ao longo dos anos.

	31/12/2016
	Consolidado
2017	21.668
2018	19.945
2019	19.310
2020	17.379
2021	13.887
2022 - 2026	41.801
2027 - 2031	22.008
2032 - 2036	9.638
2037 - 2041	1.401
	167.037

A Companhia e suas controladas não têm na data dessas demonstrações financeiras outros compromissos futuros relevantes firmados que já não estejam divulgados.

17 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

a) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	31/12/2016			
	Montante	Depósitos	Passivo	Depósitos
	Provisionado	Judiciais	Líquido	Judiciais
Na controladora:		Vinculados		sem vínculo
<u>Tributárias:</u>				
. PIS/COFINS	-	-	-	28.366
. ICMS/IPI	-	-	-	22.320
. IR/CS	(3.573)	3.573	-	139
. OUTRAS	(1.546)	1.546	-	2.499
	(5.119)	5.119	-	53.324
Trabalhistas	(54.386)	21.475	(32.911)	-
Cíveis	(10.978)	4.331	(6.647)	-
	(70.483)	30.925	(39.558)	53.324
<u>Nas controladas:</u>				
Outras	-	-	-	1.455
Consolidado	(70.483)	30.925	(39.558)	54.779

31/12/2015				
	Montante	Depósitos Judiciais	Passivo	Depósitos Judiciais
Na controladora:	Provisionado	Vinculados	Líquido	sem vínculo
Tributárias:				
. PIS/COFINS	-	-	-	27.194
. ICMS/IPI	-	-	-	22.319
. IR/CS	(3.573)	3.573	-	1.116
. OUTRAS	(1.890)	1.890	-	1.959
	(5.463)	5.463	-	52.588
Trabalhistas	(50.662)	16.174	(34.488)	-
Cíveis	(9.672)	1.731	(7.941)	-
	(65.797)	23.368	(42.429)	52.588
Nas controladas:				
Outras	1	-	1	1.435
Consolidado	(65.796)	23.368	(42.428)	54.023

Em 31 de dezembro de 2016, os riscos provisionados pela Companhia correspondem a processos de natureza tributária principalmente de questionamentos acerca de tributação de imposto de renda e contribuição social sobre correções monetárias da Lei 8.200/91, processos de natureza trabalhista, correspondentes, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária, além de ações de natureza cível, concentrados, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.

b) Movimentação sumária do montante provisionado

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Exposição líquida
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.332)	(44.768)	(6.906)	(53.006)
Provisão / Novos Processos	(965)	(8.200)	(902)	(10.067)
Baixas e Reversões	2.297	12.448	-	14.745
Atualização Monetária	(5.463)	(10.142)	(1.864)	(17.469)
Movimentação de Depósito	5.463	16.174	1.731	23.368
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(34.488)	(7.941)	(42.429)
Provisão / Novos Processos	-	(5.707)	(1.439)	(7.146)
Baixas e Reversões	-	5.148	1.568	6.716
Atualização Monetária	(5.119)	(19.339)	(3.165)	(27.623)
Movimentação de Depósito	5.119	21.475	4.330	30.924
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(32.911)	(6.647)	(39.558)

c) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis não reconhecidas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas tinham outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda avaliados como “possíveis” que totalizam aproximadamente e respectivamente: R\$1.599.834, R\$242.175 e R\$112.967. Com base na análise individual dos correspondentes processos judiciais e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que estes processos tem os prognósticos de perda avaliados como “possíveis” e, dessa forma, não são provisionados.

d) Processos ativos

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores reconhecidos em suas informações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e que o ganho seja virtualmente certo.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos alguns processos são avaliados como “prováveis” de ganho de causa. Dentre os referidos processos, destaca-se o requerimento ao crédito presumido de IPI sobre as aquisições de energia elétrica, óleo combustível e gás natural utilizados no processo produtivo.

e) Adesão ao REFIS

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a pagar do REFIS (Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13) registrado na controladora e no consolidado, totaliza R\$ 407.248, sendo R\$ 66.884 contabilizado no curto prazo e R\$ 340.364 no longo prazo (R\$ 423.012 em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$ 61.772 no curto prazo e R\$ 361.240 no longo prazo). Estes valores são atualizados pela taxa efetiva de juros que considera os valores futuros e a variação da Selic, sendo pagos em parcelas mensais, com liquidação prevista para 2029.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Klabin S.A., subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016 está dividido em 4.733.181.140 ações (4.732.629.090 em 31 de dezembro de 2015), sem valor nominal, correspondente a R\$ 2.384.484 (R\$ 2.383.104 em 31 de dezembro de 2015), assim distribuído:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Acionistas				
BNDESPAR	42.573.128	170.292.512	49.425.928	197.703.712
The Bank of New York Department	57.901.224	231.604.896	57.891.204	231.564.816
Capital World Investors	58.026.600	232.106.400	63.474.000	253.896.000
Monteiro Aranha S/A	49.290.692	197.194.218	70.290.789	281.163.156
Klabin Irmãos & Cia	941.837.080	-	941.837.080	-
Niblak Participações S/A	142.023.010	-	142.023.010	-
Outros	525.670.981	1.924.921.399	493.234.594	1.795.207.301
Ações em tesouraria	31.947.800	127.791.200	30.983.500	123.934.000
	1.849.270.515	2.883.910.625	1.849.160.105	2.883.468.985

Além das ações ordinárias e preferenciais nominativas, a Companhia negocia certificados de depósito de ações, denominados “Units”, correspondentes ao lote de 1 (uma) ação ordinária – ON e 4 (quatro) ações preferenciais – PN.

O capital autorizado da Companhia é de 5.600.000.000 de ações nominativas ordinárias - ON e/ou nominativas preferenciais – PN aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de março de 2014.

Aumento de capital pelo exercício do direito de conversão das debêntures

Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão, o Conselho de Administração da Companhia em Reunião Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016 homologou o aumento de capital social subscrito e integralizado, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$9.562, com emissão de 765 ações ordinárias e 3.060 ações preferenciais, correspondentes à conversão de 153 debêntures.

Com a conversão de debêntures supra mencionada, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passa para R\$ 2.384.484, dividido em 4.733.181.140 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.849.270.515 ações ordinárias e 2.883.910.625 ações preferenciais.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantém em tesouraria 159.739.000 ações de sua própria emissão, correspondente a 31.947.800 “Units”. O preço em 29 de dezembro de 2016 em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo foi de R\$ 17,72 por “Unit” (código KLB11 na BM&FBovespa).

Em maio de 2016 a Companhia efetuou a recompra de 400.000 “Units”, com preço médio de R\$16,50 por “Unit” e valor total de recompra equivalente a R\$6.601. Em julho e setembro de 2016 a Companhia efetuou a recompra de 160.000 “Units”, com preço médio de R\$16,20 por “Unit” e valor total de recompra equivalente a R\$2.593. No quarto trimestre a Companhia efetuou a recompra de 1.064.500 “Units”, com preço médio de R\$ 14,16 por “Unit” e o valor total de recompra equivalente a R\$ 15.068.

De acordo com o Plano de Outorga de ações, descrito na nota explicativa 22, concedido como remuneração de longo prazo aos executivos da Companhia, em fevereiro e março de 2016 foram alienadas 1.475.000 ações mantidas em tesouraria, correspondentes a 295.000 “Units”, e concedido em regime de outorga o usufruto de 3.006.000 ações, correspondentes a 601.200 “Units”, baixadas de tesouraria.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial” mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável.

O saldo mantido pela Companhia corresponde à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado (“*deemed cost*”) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009; variação cambial de controladas mantidas no exterior com moeda funcional diferente da controladora; saldos referentes ao plano de outorga de ações concedido aos executivos (nota explicativa 22); e atualizações do passivo atuarial.

	Controladora e consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Custo atribuído imobilizado (terras)	1.085.208	1.090.550
Variação cambial controlada exterior	(56.505)	(31.778)
Plano de outorga de ações	4.115	3.801
Passivo atuarial	(4.580)	1.608
	1.028.238	1.064.181

A variação cambial de controlada no exterior será realizada contra o resultado somente no caso de alienação ou perecimento da investida. Os demais itens que compõem o saldo de ajuste de avaliação patrimonial, por conta de sua natureza e força de norma contábil, não serão realizados contra o resultado, mesmo na sua realização financeira.

d) Dividendos

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia. Também é previsto no Estatuto Social, a faculdade da Administração de distribuir dividendos intermediários durante o exercício de forma antecipada, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as contas do exercício.

A base de cálculo do dividendo obrigatório definida no Estatuto Social da Companhia é ajustada pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da “Reserva de Ativos Biológicos”, outorgando aos acionistas da Companhia o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Adicionalmente, é facultado à Companhia a distribuição de dividendos com saldos de “Reservas de Lucros” mantidos no Patrimônio Líquido.

A distribuição do lucro do exercício de 2016 está disposta da seguinte forma:

		Controladora
(=)	Lucro líquido do exercício	2.481.946
(-)	Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido)	(124.097)
(+)	Realização da reserva de ativos biológicos - próprios	341.116
(-)	Constituição da reserva de ativos biológicos - próprios	(79.440)
(-)	Constituição da reserva de ativos biológicos - controladas (*)	(553.810)
(-)	Constituição de reserva de incentivos fiscais	(44.601)
(+)	Realização de custo atribuído imobilizado (terras)	5.342
(=)	Lucro base para distribuição do dividendo obrigatório	2.026.456
(=)	Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	506.614
<u>Dividendos intermediários distribuídos do resultado do exercício de 2016</u>		
	Abril (pagos em 11 de maio de 2016)	
	. R\$ 22,37 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	102.500
	. R\$ 111,86 por lote de mil "Units"	
	Julho (pagos em 10 de agosto de 2016)	
	. R\$ 23,58 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	107.988
	. R\$ 117,91 por lote de mil "Units"	
	Outubro (pagos em 14 de novembro de 2016)	
	. R\$ 25,56 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	117.000
	. R\$ 127,76 por lote de mil "Units"	
		327.488
<u>Proposta de dividendos complementares do exercício de 2016 para aprovação AGO</u>		
	. R\$ 39,36 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	180.000
	. R\$ 196,79 por lote de mil "Units"	
(-)	Total dos dividendos sobre o resultado de 2016 distribuídos	507.488
(-)	Participação de lucros de debêntures mandatárias conversíveis em ações	47.128
(-)	Constituição de reserva para investimento e capital de giro	1.471.840
		2.026.456

(*) Contido no resultado de equivalência patrimonial.

A Administração da Companhia apresentará na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 8 de março de 2017, juntamente com a aprovação das contas do exercício, proposta para distribuição de dividendos complementares do exercício de 2016 equivalentes a R\$ 180.000, correspondentes a R\$ 39,36 por lote de mil ações ON e PN e R\$ 196,79 por lote de mil "Units", distribuídos com parcela do resultado do exercício (vide Nota Explicativa 28). O total dos dividendos propostos do resultado do exercício de 2016 perfaz o montante de R\$ 507.488.

Durante o exercício de 2016, foram efetivamente pagos R\$ 447.503, entre R\$ 327.488 em dividendos intermediários do exercício de 2016 e R\$ 120.015 a título de Reservas de Lucros.

e) Participação de lucros de debêntures mandatárias

Conforme mencionado na nota explicativa 15, é cabível aos detentores das debêntures mandatoriamente conversíveis em ações da 6ª emissão, participação nos lucros quando da distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

O montante é calculado considerando a quantidade de ações que serão futuramente convertidas, correspondentes a 135.324.140 ações ordinárias e 541.296.560 ações preferenciais, após as conversões antecipadas realizadas até 31 de dezembro de 2016. Em 2016 foram efetivamente pagos R\$ 64.863 de participação nos lucros para os debenturistas da 6ª emissão.

19 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas de produtos	8.081.481	6.604.846	8.204.424	6.745.775
Descontos e abatimentos	(34.464)	(21.195)	(61.718)	(57.885)
Impostos incidentes sobre vendas	(1.037.755)	(964.084)	(1.051.908)	(1.000.301)
	7.009.262	5.619.567	7.090.798	5.687.589
. Mercado interno	4.218.569	3.856.795	4.229.957	3.841.390
. Mercado externo	2.790.693	1.762.772	2.860.841	1.846.199
Receita líquida de vendas	7.009.262	5.619.567	7.090.798	5.687.589

20 CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custos variáveis (mat. primas e materiais de consumo)	(2.511.917)	(2.029.016)	(2.455.915)	(2.016.991)
Gastos com pessoal	(1.289.910)	(896.603)	(1.302.939)	(905.660)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.409.087)	(987.779)	(1.423.112)	(998.727)
Fretes	(334.182)	(255.591)	(340.808)	(261.921)
Contratação de serviços	(399.661)	(272.523)	(403.698)	(275.276)
Receita na alienação de ativos imobilizados	105.289	17.400	105.289	17.400
Custo na alienação e baixa de ativos imobilizados	(60.619)	(10.490)	(60.619)	(10.490)
Outras	(323.586)	(250.813)	(393.082)	(309.856)
	(6.223.673)	(4.685.415)	(6.274.884)	(4.761.521)

21 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
. Rendimento sobre aplicações financeiras	605.476	519.554	624.599	535.637
. Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(53.081)	-	(53.081)	-
. Outras (i)	307.414	19.273	307.427	46.262
	859.809	538.827	878.945	581.899
Despesas financeiras				
. Juros financiamentos e debêntures	(1.101.086)	(947.960)	(1.095.332)	(967.716)
. Juros REFIS (ii)	(48.777)	(47.653)	(48.777)	(47.653)
. Juros capitalizados no imobilizado (iii)	130.640	313.971	130.640	313.971
. Amortização Aj. Valor Pres. Debêntures	(29.016)	(40.891)	(29.016)	(40.891)
. Aval financiamentos - partes relacionadas	(30.226)	(22.266)	(30.226)	(22.266)
. Remuneração de investidores - SCPs	-	-	(39.729)	(13.052)
. Outras	(114.338)	(54.732)	(118.648)	(69.892)
	(1.192.803)	(799.531)	(1.231.088)	(847.499)
Variação cambial				
. Variação cambial de ativos	(214.961)	395.069	(214.090)	393.287
. Variação cambial de passivos	2.413.661	(3.587.818)	2.383.022	(3.567.317)
	2.198.700	(3.192.749)	2.168.932	(3.174.030)
Resultado financeiro	1.865.706	(3.453.453)	1.816.789	(3.439.630)

(i) Vide informações na nota explicativa 9 relativas ao crédito de IPI apurado em ganho do processo tributário.

(ii) Vide informações na nota explicativa 17.

(iii) Vide informações na nota explicativa 12.

22 PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012, foi aprovado o Programa de Outorga de Ações ("Plano") como benefício a membros da diretoria e colaboradores estratégicos da Companhia.

A CVM autorizou a Companhia, através do OFICIO/CVM/SEP/GEA-2/Nº 221/2012 a realizar as operações privadas abrangidas pelo plano de incentivo a seus diretores e funcionários, excluído os acionistas controladores, de realizar transferência privada de ações mantidas em tesouraria.

De acordo com o referido Plano, a Companhia estabeleceu que os diretores estatutários e não estatutários poderão utilizar um percentual de 25% a 70% de sua remuneração variável para aquisição de ações mantidas em tesouraria, onde a Companhia concederá o usufruto de mesma quantidade de ações ao adquirente por três anos em regime de outorga, passando a propriedade nua das ações aos mesmos após 3 anos, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas no Plano.

Para os colaboradores estratégicos da Companhia, o Plano não prevê aquisição de ações por parte dos colaboradores, somente a concessão do usufruto de um determinado número de ações em regime de outorga por 3 anos, passando a propriedade nua dessas ações ao beneficiário, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas.

O usufruto concede ao beneficiário o direito aos dividendos distribuídos no período em que o benefício estiver válido.

O valor de aquisição das ações em tesouraria pelos beneficiários do Plano será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das ações da Companhia, ou de sua cotação na data de aquisição, dos dois o menor. O valor das ações concedidas em usufruto corresponde à cotação das ações em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo no dia da operação.

As cláusulas para que a transferência das ações outorgadas seja consumada, estabelecem a permanência do beneficiário na Companhia e não alienação das ações adquiridas na adesão do Plano. As ações outorgadas também podem ser imediatamente cedidas em caso de demissão por iniciativa da Companhia, aposentadoria ou falecimento do beneficiário, neste último caso passando o direito das ações ao espólio.

As ações outorgadas e a despesa proporcional ao prazo de outorga, reconhecida no resultado é acumulada no patrimônio líquido no grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, até o fim da outorga, seja pelo vencimento do prazo de três anos, ou qualquer outra cláusula do Plano que encerre a outorga.

O quadro abaixo apresenta as informações dos planos pactuados:

a) Diretores estatutários e não estatutários

	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2013	Plano 2014	Plano 2015	Total
Data início do plano	01/03/2012	01/03/2013	01/03/2014	01/03/2015	01/03/2016	-
Data término da outorga	01/03/2015	01/03/2016	01/03/2017	01/03/2018	01/03/2019	-
Ações em tesouraria adquiridas pelos beneficiários (i)	2.375.000	1.904.500	2.302.500	1.855.000	1.475.000	9.912.000
Valor de compra por ação (R\$) (i)	1,56	2,57	2,34	2,84	4,23	
Ações em tesouraria concedidas em usufruto (i)	2.375.000	1.904.500	2.302.500	1.855.000	1.475.000	9.912.000
Valor do usufruto por ação (R\$) (i)	1,75	2,67	2,29	3,26	4,30	
Despesa acumulada do plano - desde o início	4.166	5.089	4.971	3.869	1.762	19.857
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2015	694	1.696	1.754	1.681	-	5.825
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2016	-	283	1.783	2.189	1.762	6.017

b) Colaboradores estratégicos

	Plano 2012	Plano 2013	Plano 2014	Plano 2015	Total
Data início do plano (ii)	01/03/2013	30/04/2014	30/04/2015	30/03/2016	
Data término da outorga	01/03/2016	30/04/2017	30/04/2018	30/03/2019	
Ações em tesouraria concedidas em usufruto (i)	682.500	542.500	372.500	351.000	1.948.500
Valor do usufruto por ação (R\$) (i)	2,67	2,30	3,36	4,34	
Despesa acumulada do plano - desde o início	1.824	1.164	800	380	4.168
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2015	608	423	342	-	1.373
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2016	101	423	457	380	1.361

(i) Considera o desdobramento de ações mencionado na nota explicativa 1 da DF de 31/12/2015.

(ii) O Plano de 2012 foi concedido em junho de 2013 de forma retrospectiva.

23 RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do lucro do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON e preferenciais – PN da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. A Companhia possui debêntures mandatoriamente conversíveis em ações (vide nota explicativa 15) registradas no patrimônio líquido, portanto, na quantidade de ações já é considerada a conversão futura das debêntures em ações na quantidade total de ações.

As ações oriundas da eventual futura conversão em ações da 7ª emissão de debêntures (vide nota explicativa 15) não foram consideradas no cálculo do lucro por ação diluído por não ter efeito diluidor.

Com isso, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

Conforme mencionado na nota explicativa 18, as movimentações sobre o saldo de ações em tesouraria afetam a média ponderada da quantidade de ações preferenciais em tesouraria no cálculo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação apurada da seguinte forma:

Quantidade ponderada de ações em Tesouraria - 31 de dezembro de 2016 (i)									
Jan	Fev	Mar à Mai	Jun	Jul	Ago à Out	Nov	Dez	12 Meses 2016	
154.917.500 x 1/12	+ 151.967.500 x 1/12	+ 151.010.500 x 3/12	+ 153.010.500 x 1/12	+ 154.110.500 x 1/12	+ 154.410.500 x 3/12	+ 150.739.000 x 1/12	+ 159.739.000 x 1/12	= 154.099.583	

(i) Visto que a Companhia possui somente "Units" em tesouraria, a divisão entre ações ON e PN é feita conforme composição de "Units".

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o resultado apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

Controladora e consolidado			
1/1 à 31/12/2016			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	1.849.270.515	2.883.910.625	4.733.181.140
Quantidade de ações a serem convertidas nas debêntures	135.324.140	541.296.560	676.620.700
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(30.819.917)	(123.279.667)	(154.099.583)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	1.953.774.738	3.301.927.518	5.255.702.257
% de ações em relação ao total	37,17%	62,83%	100%
Numerador			
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	922.648.042	1.559.297.958	2.481.946.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	1.953.774.738	3.301.927.518	5.255.702.257
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,4722	0,4722	
Controladora e consolidado			
1/1 à 31/12/2015			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	1.849.160.105	2.883.468.985	4.732.629.090
Quantidade de ações a serem convertidas nas debêntures	135.434.550	541.738.200	677.172.750
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(30.238.958)	(120.955.833)	(151.194.792)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	1.954.355.697	3.304.251.352	5.258.607.048
% de ações em relação ao total	37,16%	62,84%	100%
Numerador			
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	(465.749.327)	(787.447.673)	(1.253.197.000)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	1.954.355.697	3.304.251.352	5.258.607.048
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	(0,2383)	(0,2383)	

24 SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

(i) Segmento Florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis e celulose da Companhia e venda de madeiras (toras) para terceiros no mercado interno.

(ii) Segmento de Papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel kraftliner e papel reciclado nos mercados interno e externo.

(iii) Segmento de Conversão: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.

(iv) Segmento de Celulose: envolve a produção e comercialização de celulose de fibra curta, longa e *fluff* nos mercados interno e externo.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	1/1 à 31/12/2016				
	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corp/ Elim
					Total Consolidado
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	324.361	1.559.274	2.163.545	185.449	(2.672)
.Mercado externo	-	1.530.321	264.428	1.066.092	-
Receita de vendas para terceiros	324.361	3.089.595	2.427.973	1.251.541	(2.672)
Receitas entre segmentos	1.101.307	1.219.165	18.335	13.615	(2.352.422)
Vendas líquidas totais	1.425.668	4.308.760	2.446.308	1.265.156	(2.355.094)
Variação valor justo ativos biológicos	532.911	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(1.621.872)	(2.847.660)	(2.059.276)	(1.075.843)	2.377.628
Lucro bruto	336.707	1.461.100	387.032	189.313	22.534
Despesas/ receitas operacionais	(45.170)	(421.517)	(309.707)	(245.085)	22.939
Resultado operacional antes do resultado financeiro	291.537	1.039.583	77.325	(55.772)	45.473
Venda de produtos (em toneladas)					
.Mercado interno	-	553.071	659.394	103.874	-
.Mercado externo	-	590.875	48.955	693.414	-
.Entre segmentos	-	763.464	2.975	9.040	(775.479)
	-	1.907.410	711.324	806.328	(775.479)
Venda de madeira (em toneladas)					
.Mercado interno	2.461.870	-	-	-	-
.Entre segmentos	11.922.206	-	-	-	(11.922.206)
	14.384.076	-	-	-	(11.922.206)
Investimentos no período	284.644	311.162	228.844	1.726.589	15.408
Depreciação, exaustão e amort.	(724.057)	(273.467)	(51.663)	(368.549)	(5.376)
Ativo total - 31/12/2016	7.293.614	5.612.131	1.489.221	8.605.092	6.313.671
Passivo total - 31/12/2016	1.562.441	601.323	244.223	330.453	19.474.953
Patrimônio líquido - 31/12/2016	5.731.173	5.010.808	1.244.998	8.274.639	(13.161.282)

						1/1 à 31/12/2015
	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corp/ Elim	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
.Mercado interno	364.095	1.421.589	2.055.407	-	299	3.841.390
.Mercado externo	-	1.610.977	235.222	-	-	1.846.199
Receita de vendas para terceiros	364.095	3.032.566	2.290.629	-	299	5.687.589
Receitas entre segmentos	627.865	1.102.500	23.669	-	(1.754.034)	-
Vendas líquidas totais	991.960	4.135.066	2.314.298	-	(1.753.735)	5.687.589
Variação valor justo ativos biológicos	536.113	-	-	-	-	536.113
Custo dos produtos vendidos	(1.261.060)	(2.572.652)	(1.904.581)	-	1.756.791	(3.981.502)
Lucro bruto	267.013	1.562.414	409.717	-	3.056	2.242.200
Despesas/ receitas operacionais	(53.875)	(413.565)	(270.378)	-	(12.560)	(750.378)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	213.138	1.148.849	139.339	-	(9.504)	1.491.822
Venda de produtos (em toneladas)						
.Mercado interno	-	551.589	653.800	-	-	1.205.389
.Mercado externo	-	591.923	35.470	-	-	627.393
.Entre segmentos	-	713.588	4.065	-	(717.653)	-
	-	1.857.100	693.335	-	(717.653)	1.832.782
Venda de madeira (em toneladas)						
.Mercado interno	3.203.721	-	-	-	-	3.203.721
.Entre segmentos	7.682.025	-	-	-	(7.682.025)	-
	10.885.746	-	-	-	(7.682.025)	3.203.721
Investimentos no período	201.624	297.350	68.722	4.052.895	6.614	4.622.446
Depreciação, exaustão e amort.	(709.611)	(246.515)	(48.856)	-	6.255	(998.727)

O saldo na coluna Corporativa/Eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações do resultado financeiro e impostos sobre o lucro não foram divulgadas por segmento em razão da não utilização pela Administração dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

c) Informações das receitas líquidas de vendas

A tabela abaixo demonstra a distribuição da receita líquida de 2016 e 2015:

País	Consolidado		País	Consolidado	
	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total		Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total
Áustria	884	12,5 %	Argentina	574	10,1 %
Argentina	501	7,1 %	China	325	5,7 %
China	308	4,3 %	Cingapura	195	3,4 %
Cingapura	236	3,3 %	Itália	123	2,2 %
Itália	152	2,1 %	Equador	83	1,5 %
Equador	130	1,8 %	Turquia	54	0,9 %
Turquia	60	0,8 %	França	41	0,7 %
França	52	0,7 %	México	36	0,6 %
Bélgica	51	0,7 %	Chile	32	0,6 %
Peru	48	0,7 %	Nigéria	31	0,5 %
Outros pulverizados	439	6,2 %	Outros pulverizados	352	6,2 %
	2.861	40%		1.846	32%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no segmento de papéis, um único cliente de cartões foi responsável por aproximadamente 19% da receita líquida da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 1.347.252 (sendo R\$ 1.251.270 em 31 de dezembro de 2015 ou 22%). O restante da base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos demais clientes, individualmente, concentra participação relevante (acima de 10%) da receita líquida de vendas.

d) Receitas líquidas de vendas pró-forma

Conforme mencionado na nota explicativa 3, a Companhia possui uma *joint-venture* de controle conjunto, operando no segmento florestal, denominada Florestal Vale do Corisco, a qual não é consolidada, sendo reconhecida pelo método da equivalência patrimonial, considerando sua participação no investimento.

Caso a controlada em conjunto fosse consolidada nas Demonstrações Financeiras da Companhia, a receita líquida de vendas pró-forma no exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 seria de R\$7.158.000 (R\$ 5.749.000 no exercício de 2015).

25 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Os principais riscos da Companhia estão descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. No caso da Companhia, os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente dólares norte americanos) que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Conta corrente e aplicações financeiras	860.081	1.265.112
Contas a receber (líquido de PECLD)	555.093	618.774
Outros ativos e passivos	(29.100)	(154.400)
Em préstimos e financiamentos	(13.107.191)	(12.376.000)
Exposição líquida	(11.721.117)	(10.646.514)

O saldo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2016 dessa exposição líquida está dividido da seguinte maneira:

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Valor	(373.317)	(1.540.900)	(1.834.500)	(1.748.900)	(1.936.800)	(1.504.300)	(2.782.400)	(11.721.117)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tem derivativos contratados para proteção da exposição cambial de longo prazo. Para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia tem plano de vendas cujo fluxo projetado de receitas de exportação de aproximadamente USD 800 milhões anuais e seus recebimentos, se forem concretizados, superam, ou se aproximam, do fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da TJLP, LIBOR, IPCA e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, Selic e IPCA, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*”/ “*swap*” contra a exposição desses riscos de mercados.

A prática adotada é de monitoramento contínuo das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição do risco de taxa de juros é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras - CDI	4.979.048	3.767.021
Aplicações financeiras - Selic	187.594	557.143
Aplicações financeiras - IPCA	403.709	-
Exposição ativa	5.570.351	4.324.164
Financiamentos - CDI	(1.021.915)	(1.181.179)
Financiamentos - TJLP	(2.813.850)	(2.384.152)
Financiamentos - Libor	(8.679.565)	(1.996.624)
Debêntures - IPCA	(742.357)	(966.168)
Exposição passiva	(13.257.687)	(6.528.123)

Risco de aplicação de recursos

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras e operação de títulos e valores mobiliários, com valores descritos nas notas explicativas 4 e 5, respectivamente.

Em relação a qualidade dos ativos financeiros da Companhia aplicados em instituições financeiras, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, deste que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional da agência de *rating* Fitch das instituições financeiras:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<i>Rating</i> nacional AAA(bra) (i)	6.161.557	5.465.466
<i>Rating</i> nacional AA+(bra)	302.466	145.400
	6.464.023	5.610.866

(i) Considerado neste grupo as LFTs e NTN-Bs por conta do baixo risco atrelado a operação.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Adicionalmente às aplicações de recursos referidas acima, a Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito das contas a receber de clientes equivale aos saldos apresentados na nota explicativa 6.

A qualidade do risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para buscar o seu recebimento, sendo registrada perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para itens com risco de não recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2016:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Fornecedores	(634.856)	-	-	-	-	-	-	(634.856)
Financ/ Debent	(3.202.386)	(3.428.765)	(3.131.687)	(3.051.447)	(3.045.721)	(2.513.259)	(3.510.730)	(21.883.995)
Total	(3.837.242)	(3.428.765)	(3.131.687)	(3.051.447)	(3.045.721)	(2.513.259)	(3.510.730)	(22.518.851)

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pela Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações.

Gestão de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 14) e debêntures (nota explicativa 15), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (notas explicativas 4 e 5), e pelo saldo do patrimônio líquido (nota explicativa 18), incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa, equiv. caixa e títulos e val. mobiliários	6.464.023	5.610.866
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(18.468.547)	(18.021.730)
Endividamento líquido	(12.004.524)	(12.410.864)
Patrimônio líquido	7.100.336	5.352.340
Índice de endividamento líquido	(1,69)	(2,32)

b) Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativo - empréstimos e recebíveis		
. Caixa e equivalentes de caixa	5.872.720	5.053.723
. Contas a receber de clientes (líquido de PECLD)	1.625.380	1.501.099
. Outros ativos	661.772	423.363
	8.159.872	6.978.185
Ativo - disponível para venda		
. Títulos e valores mobiliários	591.303	557.143
	591.303	557.143
Passivo - ao custo amortizado		
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.468.547	18.021.730
. Fornecedores	634.856	702.199
. Demais contas a pagar	1.087.383	809.670
	20.190.786	19.533.599

Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou os títulos e valores mobiliários que são representados por Letras Financeiras do Tesouro e Títulos do Tesouro Direto (LFT e NTN –B) (nota explicativa 5) como ativos financeiros disponíveis para venda, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo, que, na prática, corresponde ao valor aplicado acrescido dos juros reconhecidos no rendimento da operação.

c) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2016, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

(i) Exposição a câmbio

A Companhia tem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2016 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no exercício de elaboração destas Demonstrações Financeiras. Para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%.

É importante salientar que os vencimentos dos financiamentos, conforme cronograma de vencimento demonstrado na nota explicativa 14, não ocorrerão substancialmente em 2017, sendo assim, a variação cambial não terá efeito no caixa decorrente desta análise. Em contrapartida, as exportações da Companhia deverão ter o impacto da variação cambial no caixa a medida que ocorrem.

A análise de sensibilidade da variação cambial foi calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e fornecedores a pagar em moeda estrangeira), não sendo considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma, como mencionado anteriormente, fará frente a eventual perda cambial futura.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2016:

	Saldo	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	31/12/2016	R\$		R\$		R\$	
	US\$	Taxa	ganho(perda)	Taxa	ganho(perda)	Taxa	ganho(perda)
Ativos							
Caixa e caixa equivalentes	263.901	3,21	(12.958)	4,01	198.164	4,82	411.924
Contas a receber, líquido de PECLD	170.321	3,21	(8.363)	4,01	127.894	4,82	265.854
Outros ativos e passivos	(8.929)	3,21	438	4,01	(6.705)	4,82	(13.937)
Financiamentos	(4.021.721)	3,21	197.467	4,01	(3.019.910)	4,82	(6.277.504)
Efeito líquido no resultado financeiro			176.584		(2.700.557)		(5.613.663)

(ii) Exposição a Juros

A Companhia tem aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados a taxa de juros pós-fixada do CDI, TJLP, IPCA, Selic e Libor. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas Demonstrações Financeiras, utilizando para Selic, Libor, IPCA e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2016:

		Saldo	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		31/12/2016	R\$		R\$		R\$	
		R\$	Taxa	ganho(perda)	Taxa	ganho(perda)	Taxa	ganho(perda)
Aplicações financeiras								
CDB's	CDI	4.979.048	14,00%	24.895	18,13%	205.386	21,75%	385.876
LFT's	Selic	187.594	13,75%	(1.407)	16,25%	4.690	19,50%	10.787
NTN - B	IPCA	403.709	6,29%	-	7,86%	6.348	9,44%	12.697
Financiamentos								
Notas crédito à exportação (R\$)	CDI	(1.021.915)	14,00%	(5.110)	18,13%	(42.154)	21,75%	(79.198)
BNDES	TJLP	(2.813.850)	7,50%	-	9,38%	(52.760)	11,25%	(105.519)
Debêntures	IPCA	(742.357)	6,29%	-	7,86%	(11.674)	9,44%	(23.347)
Pré-pagamento de exportação	Libor	(1.338.248)	1,69%	8.859	1,28%	5.434	1,54%	2.009
Efeito líquido no resultado financeiro				27.237		115.270		203.305

26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica e plano de aposentadoria. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

Em 2016 o total de despesas com esses planos de contribuição definida foi de R\$ 19.738 (R\$ 12.901 em 2015).

a) Previdência privada

O plano de previdência privada da Klabin - Plano Prever, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A., foi instituído em 1986 sob a modalidade de benefício definido. A partir de 1998 houve uma reestruturação que resultou na conversão do plano para a modalidade de contribuição definida. Em novembro de 2001, foi instituído um novo plano de previdência privada o Plano de Aposentadoria Complementar Klabin - PACK, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. e estruturado no conceito de PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres.

Aos participantes do Plano Prever foi dada a opção de migração para o novo plano. Em ambos os planos não é assumida pela Companhia responsabilidade pela garantia de níveis mínimos de benefícios aos participantes que venham a se aposentar.

b) Assistência médica

A Companhia, por meio de acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica (Hospital SEPACO, principal plano) de forma permanente aos seus ex-funcionários que se aposentaram até 2001, bem como para os seus dependentes até completarem a maioridade e cônjuge, de forma vitalícia estando vedada a novas adesões.

A Companhia entende que a referida assistência médica caracteriza um plano de benefício definido. Diante disso, mantém registrada a provisão para o passivo atuarial estimado no montante de R\$ 88.860 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 59.746 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante na rubrica de “Outras Contas a Pagar e Provisões”.

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e biométricas: taxa de desconto de 11,4% a.a. nominal, taxa de crescimento nominal dos custos médicos variável iniciando em 2016 com 12,71% a.a. atingindo a 6,95% a.a. em 2028, inflação de longo prazo de 4,85 % a.a. e tábua biométrica de mortalidade RP 2000. As atualizações atuariais são mantidas no patrimônio líquido no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

O aumento ou decréscimo de um ponto percentual nas taxas utilizadas no cálculo atuarial, não trazem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Este plano não possui ativos para divulgação.

c) Outros benefícios aos empregados

A Companhia concede aos empregados, os seguintes outros benefícios: assistência médica, auxílio creche, auxílio filho excepcional, convênio farmácia, kit escolar, plano odontológico, previdência privada e seguro de vida, além dos benefícios estabelecidos em lei (refeição, transporte, participação nos lucros e vale alimentação). Adicionalmente possui um programa de desenvolvimento organizacional de seus colaboradores, sendo gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$11.221 (R\$9.461 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) em treinamentos.

Todos estes benefícios respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

27 COBERTURA DE SEGUROS

Para proteção de seus riscos operacionais, ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém cobertura de seguros para diversos tipos de eventos que poderiam impactar o patrimônio e operações. Dentro das melhores práticas de mercado, a Companhia mantém contratadas apólices de seguro de Risco Operacional, no qual possui cobertura contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, lucros cessantes, quebra de máquinas e vendaval e outras coberturas, envolvendo todas suas instalações industriais, administrativas e estoque. A Companhia tem ainda outros seguros contratados, tais como, seguro de Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil D&O, Transporte Nacional e Internacional, Frota, onde a soma dos limites máximos de indenização e importância segurada destes principais seguros chegam ao montante de R\$ 2.817.152 em 31 de dezembro de 2016.

Em virtude da natureza de suas atividades, da distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais, a Companhia concluiu tecnicamente pela não contratação de seguros contra danos causados às mesmas, optando pela adoção de políticas de proteção, as quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades e à condição financeira da Companhia. Desta forma, a Administração entende que sua estrutura de programa de Seguros, de gerenciamento dos riscos e procedimentos adotados relacionados às atividades florestais, são adequados para a continuidade operacional da Companhia.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2016

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2017, foi aprovada distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2016 no montante de R\$ 130.000 sendo R\$ 28,43 por lote de mil ações ON e PN e R\$ 142,12 por lote de mil “Units”, a serem pagos em 16 de fevereiro de 2017. A aprovação será realizada *ad referendum* na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 08 de março de 2017.

Referida distribuição faz parte do montante de R\$ 180.000 de dividendos complementares do exercício de 2016 os quais serão apresentados na destinação do resultado na Assembleia Geral Ordinária.

Alteração na Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

Em 31 de janeiro de 2017, o diretor estatutário Eduardo de Toledo passa a responder pelas atribuições de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores em razão da aposentadoria do diretor Antonio Sergio Alfano.

KLABIN S.A.
CNPJ Nº 89.637.490/0001-45
Companhia aberta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho

Conselheiros

Armando Klabin

Celso Lafer

Daniel Miguel Klabin

Helio Seibel

Israel Klabin

Luís Eduardo Pereira de Carvalho

Pedro Franco Piva

Roberto Klabin Martins Xavier

Roberto Luiz Leme Klabin

Rui Manuel de Medeiros D’Espiney Patrício

Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães

Vera Lafer

CONSELHO FISCAL

Antônio Marcos Vieira Santos

João Adamo Júnior

João Alfredo Dias Lins

Maurício Tiomno Tolmasquim

Wolfgang Eberhard Rohrbach

DIRETORIA

Fabio Schvartsman

Antonio Sergio Alfano

Arthur Canhisares

Cristiano Cardoso Teixeira

Eduardo de Toledo

Francisco Cezar Razzolini

Diretor Geral

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Diretor

Diretor

Diretor

Diretor

Pedro Guilherme Zan

Controladoria

CRC-1SP168918/O-9

Angelo Ricardo Bonasorte

Contabilidade

CT - CRC-1SP168200/O-6
